

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 015 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Deputado José Carlos Freitas para assumir a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DO DIA 03 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - "Ofícios nºs 42 e 67/98 do Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso-INTERMAT, encaminhando processos de regularização fundiária em nome de *Vitelo Nardi, Edson Luís Bigolin e Katiucia Bigolin.*"

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, colegas Deputados, para apresentar duas Indicações de nossa autoria:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade da instalação de 01 (uma) Residência do DVOP no Município de Tangará da Serra.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade da instalação de 01 (uma) Residência do DVOP no Município de Tangará da Serra.

JUSTIFICATIVA

Essa região é identificada como de grande potencial agrícola, pecuário e mineralógico, e atualmente vem sofrendo drasticamente pela precariedade das rodovias, o que prejudica vultosamente o escoamento dos produtos ali produzidos, bem como produções das regiões circunvizinhas.

Visando solucionar o problema do transporte rodoviário dessa região, apresentamos a presente indicação no sentido de que seja instalada de 01 (uma) Residência do DVOP no Município de Tangará da Serra, pois acreditamos que esse ponto de apoio do Departamento de Viação e Obras Públicas na região facilitará a manutenção das rodovias locais.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este pleito alcance pleno êxito, haja vista sua importância.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, a necessidade de regulamentar a Lei Estadual nº 6.115, de 23 de novembro de 1992, que dispõe sobre conservação e preservação dos recursos do solo e adota outras providências.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fundamento na Resolução nº 18/91 desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, mostrando a necessidade de regulamentar a Lei Estadual nº 6.115, de 23 de novembro de 1992, que dispõe sobre conservação e preservação dos recursos do solo e adota outras providências.

JUSTIFICATIVA

A demanda crescente de produção de alimentos no Brasil, em decorrência do crescimento populacional, enfatiza a necessidade da intensificação da agricultura ou incorporação de novas áreas ao processo produtivo, visando ao aumento de produção e produtividade agrícola.

O Estado de Mato Grosso tem participado desse processo, principalmente pela expansão de sua fronteira agrícola, fato visível a partir da década de 70 e sobretudo com o advento de programas especiais, a exemplo do Polocentro, quando passou a região dos cerrados a contar com incentivos iniciais que proporcionaram níveis significativos de desenvolvimento.

Em face de certas peculiaridades desta área, torna-se necessário um enfoque multidisciplinar na avaliação dos problemas e no estudo de soluções para a racionalização do uso dos recursos do solo. Acresce-se também a necessidade do conhecimento detalhado das características e propriedades físicas, químicas e mineralógicas do solo dessas novas áreas e das alterações já induzidas pelas práticas adotadas no processo produtivo.

Esse conhecimento objetiva o uso mais apropriado dos insumos e um manejo adequado dos recursos do solo, visando a sua melhoria na produtividade, sem a sua degradação, e no meio ambiente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Segundo estudos realizados, há uma perda muito grande do total de fertilizantes aplicado nas culturas de grãos. Considerando apenas o ano de 1998, esta perda representou para os agricultores do Estado de Mato Grosso um prejuízo bastante expressivo, provocado pelos processos erosivos, ressaltando ainda a perda significativa em termos de quantidade de solo superficial, considerado o mais importante sob o ponto de vista agrícola. Pelo exposto, podemos verificar a importância da conservação dos recursos do solo.

Conscientes dessa situação, apresentamos esta Indicação e esperamos que a Secretaria de Estado da Agricultura e Assuntos Fundiários regulamente, com a máxima urgência, a Lei Estadual nº 6.115, de 23.11.92.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este pleito alcance pleno êxito, haja vista sua importância.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveito os meus poucos três minutos para ler parte de uma matéria que recebi:

“Pedida a renúncia de FHC.

Juristas de renome propõem renúncia e pedem *impeachment*.

O Instituto de Defesa das Instituições Democráticas, presidido por Celso Antônio Bandeira de Mello, do qual fazem parte os juristas Paulo Bonavides, Américo Lecombe, João Roberto Egydio Piza Fontes, Eros Grau, entre outros, está pedindo a ‘imediata renúncia’ do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

O pronunciamento da entidade foi divulgado nesta quinta-feira em um documento de três laudas. O texto afirma, logo em seu primeiro parágrafo, que o País se encontra ‘sem rota, sem rumo, sem projeto político nacional’.

O documento, redigido por Bandeira de Mello, afirma que o Brasil transformou-se ‘num mero posto de atendimento, estação de parada para a barganha dos donos do dinheiro do mercado internacional’.

Ao final, o Instituto pede a substituição dos atuais governantes federais, oferecendo-lhes ‘como única alternativa e único ato patriótico, para permitirem a sobrevivência do Estado brasileiro e a sua reconstrução, a sua imediata renúncia e o cumprimento do Direito para a sua substituição. De outra forma, não restará alternativa senão o *impeachment*’.”

Nas três páginas seguintes está o pronunciamento integral desses juristas.

E, de imediato, vem também um manifesto, na mesma linha, por parte da OAB em nível nacional, que está realizando uma grande mobilização nacional, a partir de segunda-feira, anteontem, pela renúncia de FHC e pelo *impeachment*. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Elarmin Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar um Moção de Apoio de nossa autoria:

1^a) Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja remetida ao jornalista Mário Marques de Almeida a seguinte Moção de Apoio, nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento de sua gente, vem manifestar o seu apoio ao jornalista Mário Marques de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Almeida pelo seu artigo publicado no jornal *Diário de Cuiabá*, em edição do dia 05 último, refletindo o sentimento da maioria do mato-grossense e, por extensão, do povo brasileiro, que enfrenta uma grave crise.

Por erros na condução da política econômica - apontados, aliás, de forma brilhante e lúcida no artigo de Mário Marques -, o País e o nosso Estado amargam hoje índices galopantes de desemprego.

A recessão e a fome rondam os lares de milhões e milhões de brasileiros vitimados por uma política oficial que procura o capital financeiro especulativo em detrimento do capital produtivo.

Mário Marques de Almeida, profissional experiente da imprensa Mato-grossense e com um passado de lutas na defesa das causas populares, no referido artigo se solidariza com o Governador de Minas Gerais, Itamar Franco, que hoje sofre, por parte de setores influentes da chamada Grande Imprensa, injusta perseguição.

Itamar vem sendo ironizado e vilipendiado pelo fato de ter uma posição clara, aberta e corajosa em defesa dos mais altos interesses nacionais. Mário Marques captou essa situação em que o Governador mineiro costuma ser execrado por ser nacionalista, uma virtude que vem sendo maldosamente induzida a ser confundida com coisa atrasada.

Por comungarmos com esse pensamento, solicitamos, portanto, a transcrição, na íntegra, do aludido artigo, cuja fotocópia segue anexa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de março de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

“Ser nacionalista é atraso?”

Itamar Franco pode ser ranzinza, ter lá seus faniquitos, mas não é nenhum ‘neobobo’.

O jornalista Marcelo Coelho, articulista da *Folha de São Paulo*, com a leveza e bom gosto, por sinal, peculiares a seus textos, há dias se reportou a Itamar Franco. E o fez de uma forma menos preconceituosa que a habitual, praticada por uma grande leva de colunistas e repórteres. Não assumiu abertamente, é verdade, a defesa do governador mineiro no entrevero que este vem mantendo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Todavia, Coelho se negou a embarcar na onda de quase toda a chamada Grande Imprensa que é a de execrar Itamar, rotulando-o de ranzinza e atrasado. A mídia, principalmente quando orquestrada e atendendo a interesses bem definidos, tem esse poder de rotular as pessoas. Mete o ‘carimbo’ e, muitas vezes, a vítima dessa rotulação jamais recupera a sua verdadeira identidade pública e pessoal.

Itamar Franco, muitas vezes, é criticado por ser nacionalista em excesso, o que vai na contramão do modismo neoliberal e da chamada globalização da economia. Nesse aspecto, Marcelo Coelho lembrou que nenhuma grande nação, tanto no passado como no presente, forjou sua riqueza e poderio sem uma dose forte de nacionalismo. O jornalista não disse isso, mas está implícito que a defesa de conceitos como pátria e nacionalidade, hoje vistos como superados pela ótica neoliberalista (e por ‘neobobos’ de todos os matizes, que embarcam em ondas e defendem interesses que não os seus próprios), não se restringem apenas a questões meramente filosóficas, culturais, étnicas, políticas ou de ordem moral. Esses valores, para terem surtido efeitos práticos e trazido benefícios materiais concretos, foram incorporados aos mecanismos de proteção aos interesses macroeconômicos desses países bem-sucedidos e seus respectivos povos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Com efeito, basta ver o exemplo dos Estados Unidos (existe país mais capitalista?), onde o que eles (leia-se FMI) pregam como receita para ser aplicada aqui, o mesmo modelo não é executado lá. Como se sabe, o *deficit* público dos EUA é estratosférico, talvez maior que o do Brasil, e isto em termos proporcionais e não comparativos. Entretanto, para combater esse *deficit*, nada de medida recessivas, mas sim o aumento de investimentos oficiais para alavancar a economia, aumentar ofertas de empregos e de impostos.

E haja protecionismo e subsídios estatais! O aço brasileiro e o nosso suco de laranja, por exemplo, são produtos que sofrem pesadas restrições para ingressar no mercado norte-americano, quando esses produtos ameaçam os produtores de lá. Liberdade de mercado, globalização da economia, só quando não afetam os interesses maiores dos EUA, ou seja, de sua portentosa economia.

Quanto à agricultura norte-americana, pelo simples fato de que a produção de alimentos é um bem estratégico, esta é fartamente subsidiada com juros baixos do mercado. Enquanto isso, aqui no Brasil, o Governo Federal, que já privatizou quase tudo, fala agora em vender o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (a PETROBRÁS estaria na fila) para a iniciativa privada, ou melhor banqueiros.

O Banco do Brasil é a única instituição financeira do País com tradição de financiar atividades agropecuárias no Brasil, já a Caixa Econômica Federal tem notável experiência no setor habitacional. Duas áreas, aliás, que os bancos particulares ainda não demonstraram interesse.

Possivelmente, se consumada essa privatização, é provável que os novos donos do BB e da CEF passem a ter essa repentina vocação de abrir créditos para atender à produção agrícola e à construção de moradias populares. Desde, é claro, que esses financiamentos tenham seus subsídios bancados pelo erário público. Porque aí só fica o bônus do lucro, deixando o ônus, o prejuízo, para os cofres públicos.

Portanto, defender a privatização e assumir o patrimônio de empresas públicas, de preferência a preço de 'liquidação', e, sobretudo, à custa de dinheiro saído do próprio Governo Federal (o BNDES está aí mesmo) ainda é o melhor negócio.

Nesse sentido, ao combater a política econômica ditada por FHC, Itamar está certo, ainda que possa ter lá seus faniquitos, ser genioso e ranzinza. Afinal, ninguém é perfeito.

MÁRIO MARQUES DE ALMEIDA é jornalista em Cuiabá.

Termino, portanto, Sr. Presidente, dizendo que a posição dos advogados, conforme o documento lido pela Deputada Serys Slhessarenko, também representa o nosso pensamento.

Hoje, mais do que ontem, deve a Nação se posicionar, ocupando as ruas, ocupando as universidades, ocupando as escolas e os sindicatos, movimentando-se, reagindo contra esse Governo neoliberal que aí está.

Aqui na Assembléia Legislativa, eu verifico isso! Das 07:00 horas da manhã às 22:00 horas da noite atendo dezenas de brasileiros que vêm aqui pedir emprego, pedir passagem, pedir comida, aqui no Poder Legislativo! Esse é o retrato do Brasil! Esse é o retrato de Mato Grosso!

Portanto, Deputada Serys Slhessarenko, esse brilhante advogado que pede a renúncia do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem aqui o nosso apoio!

É necessário que o Brasil sinta indignação, que o Brasil reaja de uma vez por todas, dando um basta a esse entreguismo do capital nacional às multinacionais. E aqui em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Mato Grosso se repete no mesmo diapasão do Governo que aí está. Um Governo que, em nome do neoliberalismo, maltrata o funcionalismo. Um Governo que, em nome do neoliberalismo, nega escola, nega segurança, nega saúde!

É por isso que nós estamos aqui, e somos solidários com a nota que V. Ex^a leu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, Indicação de autoria do Deputado Alencar Soares:

“Indica ao Exm^o Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Elizeu Padilha, com cópia ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, a necessidade de recuperação emergencial da Rodovia BR-070, no trecho que liga Barra do Garças a São Vicente, BR-163/364.

Nos termos da Resolução n^o 18/91, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exm^o Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Elizeu Padilha, com cópia ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, mostrando a necessidade de recuperação emergencial da Rodovia BR-070, no trecho que liga Barra do Garças a São Vicente, BR-163/364.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem como objetivo atender a reivindicação das lideranças políticas, empresariais e, principalmente, dos produtores rurais que têm suas propriedades à margem da BR-070.

A permanência da Rodovia nas péssimas condições em que se encontra tem sacrificado os municípios, provocando enormes perdas nas suas economias e dificultando até o transporte de passageiros.

Caso o Ministério dos Transportes não tome iniciativa imediata para promover as ações requeridas, o setor agrícola sofrerá irreparáveis perdas.

Essa Rodovia é de grande importância para Mato Grosso, pois, além de ser a principal via de escoamento da produção agrícola das regiões Sul, Leste e Médio Araguaia, também possibilita a ligação de transporte de cargas e passageiros com Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo, pelas rodovias BR-364/163, tornando-se uma saída para atender situações emergenciais como a que ocorreu recentemente na BR-364, com a queda de barreira que interrompeu o trânsito por vários dias nessa rodovia.

Plenário da Deliberações Deputado Oscar Soares, em 10 de março de 1999.
Deputado ALENCAR SOARES - PSDB”

Também sobre a mesa, Indicação de autoria do Deputado Carlos Brito:

“Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas, a necessidade de conclusão das obras de reestruturação, pavimentação e recuperação da Rodovia MT-130, que liga os Municípios de Rondonópolis e Guiratinga.

Com fulcro no Regimento Interno desta Casa, após ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas, mostrando a necessidade de conclusão das obras de reestruturação,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

pavimentação e recuperação da Rodovia MT-130, que liga os Municípios de Rondonópolis e Guiratinga.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia MT-130 é de suma importância para os usuários que nela trafegam, sendo que é através dela que se processa o escoamento da produção agrícola e pecuária, além de ser um elo de ligação entre os municípios de Rondonópolis e Guiratinga.

Certo da compreensão e do apoio de Vossas Excelências, manifesto, mais uma vez, minha imponderável certeza de que, aprovando esta medida, estaremos contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado.

Plenário da Deliberações Deputado Oscar Soares, em 10 de março de 1999.
Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

E, ainda, Projeto de Lei de autoria da Mesa Diretora:

“Dispõe sobre a doação do imóvel que menciona.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a efetivar a doação do imóvel de sua propriedade, descrito como uma chácara constituída de dois sítios de números 54 e 55, com área total de 23.179,64m², registrados sob os n^{os} 64.336-R1 e 64.337-R1 no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Cuiabá, ao Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O imóvel acima descrito tem sua avaliação estimada pelo Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP em R\$72.750,85 (setenta e dois mil, setecentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos), ficando vedada a sua alienação.

Art. 3º A presente doação dar-se-á sem encargos por parte do donatário, retornando ao patrimônio do Tribunal de Contas em caso de extinção do Sindicato.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Submetemos à apreciação desta augusta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei que autoriza o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a promover a doação de uma chácara de sua propriedade, localizada à beira do Rio Coxipó do Ouro, avaliada pelo Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP em R\$72.750,85 (setenta e dois mil, setecentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos), conforme laudo em anexo.

A referida doação, a ser efetivada em benefício do Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas, visa, em primeiro lugar, desonerar o Tribunal de Contas do encargo de manter e cuidar desse patrimônio, adquirido em 1994, que não vem sendo utilizado e que se encontra sem uma destinação específica.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Por sua vez, o Sindicato dos Trabalhadores daquela Corte, que tem função de representar os servidores e ainda de promover encontros de conagração, diversão e lazer, poderá utilizar-se do imóvel de forma mais conveniente, visando ao atendimento social de seus filiados e de seus dependentes.

Aliando essas circunstâncias é que se procurou, através da Resolução n° 02, de 16/12/98, efetivar a presente doação, atendendo aos anseios dos servidores, objetivando oferecer-lhes, através do Sindicato da classe, um maior espaço recreativo para si e seus familiares, nos moldes do que realizou o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e demais entes estaduais.

Vislumbrando, efetivamente, essa oportunidade, é que trazemos o presente Projeto de Lei ao elevado crivo de Vossas Excelências, confiantes na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1999.

MESA DIRETORA”

Não havendo mais orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o Deputado Carlos Brito (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos usando esta tribuna para trazer um assunto de grande importância para a juventude do Estado de Mato Grosso.

Eu acho que temos defendido a bandeira, aqui nesta Casa, em favor da diminuição de acidentes no Estado e no Brasil, e não basta apenas ficarmos alarmados com a situação que acontece no País e no nosso Estado. O que nós precisamos é sugerir medidas que venham a diminuir ou acabar com o problema que nós sentimos na pele, que é o problema do trânsito nas nossas estradas. Diante disso, nós temos buscado em outros Estados, em outras cidades, subsídios para apresentarmos propostas concretas para o Estado de Mato Grosso.

Eu venho acompanhando o DETRAN de Mato Grosso e tenho visto que, naturalmente dentro do possível, este órgão vem se adequando ao nível nacional. Por sinal, foi um dos Estados que primeiro entrou no sistema RENAVAL, o que facilitou e muito a vida de muitos proprietários de veículos.

Estive no Rio Grande do Norte este ano e vi que muitos proprietários de veículos ainda não estão no sistema RENAVAL, estão com placas amarelas, o que, por sinal, é uma prova de que o DETRAN está atrasado há muito tempo. Nessas coisas nós temos que reconhecer que Mato Grosso saiu na frente e melhorou e muito!

Mas, por outro lado, temos visto que os outros Estados avançaram e que o Estado de Mato Grosso ainda é capenga em vários sentidos. Foi criada a escola para habilitação e nós temos visto que isso não tem sido suficiente para diminuir o abuso e uma série de coisas. Eu acho que nós temos que partir da raiz!

Baseado nisso, nós temos feito contato com outros Estados, principalmente com o Estado de Mato Grosso do Sul, onde o DETRAN, juntamente com a Universidade Federal desse Estado, implantou e construiu a Cidade-Escola de Trânsito.

É esse assunto que nós estamos trazendo aqui. Estamos estudando uma forma de apresentar um projeto autorizativo ao Governo do Estado, a fim de que o mesmo possa buscar intercâmbio com a Universidade Federal de Mato Grosso - que possui técnicos de alta qualidade, que podem ajudar a baratear o custo da construção -, para partirmos, urgentemente, para a construção dessa cidade, onde as crianças de Cuiabá e do Estado

poderão participar da vida do trânsito dentro de uma escola, porque nós sabemos que a prática corrige a pessoa.

Lembro-me de quanto fui Chefe do DETRAN de Várzea Grande, de 1983 a 1984, quando tínhamos no DETRAN um sistema de projeção de *slides* e nós fomos às escolas para instruir as crianças quanto ao perigo do trânsito. Por muitas vezes fiz isso com alguns psicólogos do DETRAN e com pessoas que conheciam o assunto. Nós tivemos um grande proveito. Em vários colégios de Várzea Grande, tanto municipais quanto estaduais, nós recebíamos uma atenção especial por parte dos alunos quando falávamos da gravidade que hoje existe no trânsito.

O trânsito, hoje, ceifa a vida de milhares de pessoas por dia, mês e ano. Se somarmos todo o ano, vamos ver que o trânsito, sem dúvida, é uma fonte de óbito muito grande no País. Então, nós temos que nos preocupar. Eu acho que não haverá como diminuir a situação se nós não começarmos pela raiz.

A criança tem uma facilidade muito grande para captar esse tipo de coisa - quando criança, quando adolescente, quando jovem. Nós temos, hoje, no País que...

A partir dos dezoito anos o cidadão se inscreve para tirar a Carteira Nacional de Habilitação - dezoito anos de idade. E, muitas vezes, o cidadão vai para a auto-escola, para o despachante, para tirar a sua CNH sem conhecer, Srs. Deputados, nenhum sinal de trânsito. É claro que esse cidadão não vai ter tempo suficiente para, no período de auto-escola e escola de trânsito, Deputado Elamin Miranda, obter conhecimento com profundidade, ou pelo menos conhecer a legislação, seus pontos mais importantes, e os sinais de trânsito.

Nós temos “n” cidadãos que conseguem a sua Carteira Nacional de Habilitação baseados nas provas que são dadas. E, na verdade, se nós colocarmos na frente desse cidadão as placas, ele não saberá o que é uma placa de sinalização, não saberá discernir os tipos de placa. Na verdade, isso é um perigo para ele, para sua família, para todos os que convivem com ele e que vão passar a se submeter, a estar dentro de um veículo ou em uma motocicleta para trafegar em nossas ruas.

O Sr. Carlão Nascimento - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Concederei, com prazer, assim que concluir o meu raciocínio, Deputado.

O objetivo nosso é propor aqui em Mato Grosso a criação, no Departamento de Trânsito do Estado de Mato Grosso, da cidade-escola de trânsito. Isso vai fazer com que esse cidadão, Deputado Carlão Nascimento, dentro de uma programação... As escolas de Cuiabá e do interior poderão se agendar e trazer os alunos para passar um dia nessa cidade.

Essa cidade terá todos os meios práticos para o cidadão andar nas ruas, parar no sinaleiro, conhecer as placas de sinalização, esse é o objetivo por que queremos abraçar essa causa juntamente com os Srs. Deputados.

Concedo, com prazer, o aparte ao Deputado Carlão Nascimento.

O Sr. Carlão Nascimento - Deputado, eu estava ali ouvindo atentamente o discurso de V. Ex^a e quero louvar aqui a atitude que V. Ex^a toma, até por ser ex-funcionário do DETRAN.

Quero falar sobre alguns trabalhos que já existem no DETRAN de Mato Grosso. Eu, que tive a oportunidade de dirigir o DETRAN durante três anos, na administração Dante de Oliveira, quero aqui dizer que o DETRAN de Mato Grosso avançou bastante na área de educação. Não sei se os Deputados tiveram a oportunidade, ontem, de ouvir e ver pela televisão uma reportagem no *Jornal Nacional* em que o DETRAN do Paraná estaria

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

suspendendo a emissão de Carteira Nacional de Habitação, uma vez que ele achava que o preço que estava sendo cobrado era muito alto para cumprir a nova legislação de trânsito.

Desde março de 1996 existe no Estado de Mato Grosso uma escola de trânsito. Escola esta feita pelo DETRAN, pela administração Dante de Oliveira, e que, hoje, funciona em todo o Estado de Mato Grosso.

Portanto, o Estado de Mato Grosso talvez seja o único Estado da Federação que já cumpre a nova legislação de trânsito. Através dessa escola de trânsito, nenhum cidadão tira a habilitação no Estado sem que tenha, na época, 20 horas-aula de teoria, para depois ir para a auto-escola e, aí sim, ele tem o direito de ter a sua habilitação.

Preocupado com a questão da educação e sabedor que somos de que será somente através da educação que nós vamos fazer a transformação necessária na sociedade, nós também criamos no Estado de Mato Grosso, no Governo Dante de Oliveira - e é o único Estado da Federação que tem isso -, um Programa de Educação de Trânsito voltado para as escolas, que atende desde a pré-escola até o 2º Grau. E quero dizer também que várias Prefeituras do Estado, em convênio com o DETRAN de Mato Grosso, já têm hoje um Programa de Educação de Trânsito nas escolas, a começar pelas cidades de Cuiabá, Várzea Grande e várias outras cidades do Estado de Mato Grosso.

Portanto, eu louvo a atitude de V. Exª e quero parabenizá-lo.

Todas as vezes que o assunto aqui for DETRAN, eu quero participar da discussão, até porque quero dar também a minha parcela de contribuição, porque lá trabalhei durante três anos e pude, sobretudo, conhecer todos os DETRANs do Brasil - e digo que o DETRAN de Mato Grosso é hoje reconhecido nacionalmente como um dos melhores DETRANs do Brasil. Muito obrigado.

O SR. BENEDITO PINTO - Deputado Carlão Nascimento, eu agradeço o aparte de V. Exª e quero contar com esse apoio, não só de V. Exª, mas de todos os Parlamentares desta Casa, a fim de que possamos trabalhar para conseguir implantar no Estado essa cidade-escola de trânsito, que facilitará a vida das nossas crianças, que terão condições de aprender as noções básicas e práticas do trânsito. A cidade-escola terá formato de uma cidade mirim, mas oferecerá condições de a criança entrar e fazer a aula prática dentro de um carro, é claro, de porte pequeno, para ter a noção básica do que é a sinalização de uma cidade e de uma estrada.

Nós, que vivemos o dia-a-dia, nos deparamos praticamente todos os dias... Quando abrimos os jornais de manhã, logo cedo, geralmente, as primeiras páginas estampam os graves acidentes que ocorreram nas cidades, nas estradas, e isso choca o cidadão. À primeira vista ele tem uma noção ruim daquilo. Nós não vamos aqui generalizar, mas vários acidentes ocorrem por falta de conhecimento de sinalização, por falta de atenção, e o cidadão nunca vai adquirir isso simplesmente passando por uma auto-escola, ou mesmo passando por uma escola de trânsito, que é um grande avanço, nós já reconhecemos. Esse programa educativo também é importante, mas o programa educativo com a prática, sem dúvida, traz muito mais assimilação para a criança - a prática em uma cidade, ocupando um carro e com professor explicando toda a sinalização.

O objetivo é fazer com que Mato Grosso possa conseguir, pelo menor custo possível, para isso nós estamos convidando os técnicos da Universidade Federal de Campo Grande para que eles possam trazer subsídios para nos auxiliar na implantação disto aqui.

Eu acredito que o Governo do Estado, por certo, vai acatar essa nossa proposta, pois é uma proposta séria, é uma proposta que, sem dúvida, vem mexer em uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

área importantíssima da sociedade, e trará um resultado espetacular para a nossa juventude, fazendo com que o cidadão desperte para essa grave realidade dos óbitos no trânsito do Brasil.

Eu creio que se nós não tivermos condições de cortar o mal pela raiz, ou de pelo menos tentar fazer isso, de nada adiantará o Governo implantar um Código de Trânsito duríssimo no País, como é o nosso hoje. Um Código que penaliza muitas vezes até inocentes, mas que, realmente, são medidas que só aconteceram devido a esses inúmeros acidentes que ocorrem no País. Eu acho que por causa disso foi votado o novo Código que, hoje, penaliza milhares de cidadãos que estão pagando, às vezes, por um crime que não cometeram.

Agora, se tivéssemos implantado há 30 anos, em todos os Estados brasileiros, um sistema educativo adequado, onde a criança da época pudesse viver a realidade do futuro, naturalmente, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, nós teríamos outra realidade hoje no País.

No entanto, mesmo estando no final do século, virando a página de mais um milênio da história do mundo, eu acredito que ainda há tempo para despertarmos para isso e fazermos com que as crianças de hoje, sem dúvida, daqui a 18 anos estejam...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Só um minuto, Deputado.

...daqui a 18 anos, quando estiverem tirando a sua CNH-Carteira Nacional de Habilitação, elas irão para o DETRAN conhecendo, Deputado Elarmin Miranda, tendo a noção básica e a prática do que é estar no volante e o que representa isso para elas, para a sua vida, sua família e para a vida de todos que usam e trafegam pelas nossas ruas.

Concedo, com prazer, um aparte a V. Ex^a, nobre Deputado.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Quero parabenizar V. Ex^a por seu pronunciamento, que vai ao encontro daquilo que a sociedade espera, principalmente na questão do trânsito no Brasil, em Mato Grosso e em Cuiabá também. São questões que nós estávamos discutindo com o Secretário Municipal de Transporte, Dr. Yenes Magalhães. São reclamações que têm chegado diretamente para nós. Inclusive, o ex-Diretor-Presidente do DETRAN, Deputado Carlão Nascimento, é testemunha de que nós tentamos até mudar a questão da lombada eletrônica de 30km/h.

Nós achamos, e há estudos sobre isso também, que em certos pontos da cidade de Cuiabá essa lombada de 30km/h - a sociedade tem falado - é simplesmente um caça-níquel. Dificilmente alguém consegue, por desvio ou por não prestar atenção, cumprir a questão dos 30km/h, com a possibilidade de mais 3km, dando 33km/h.

Há estudos para que se passe para 40km/h ou 50km/h. Para se ter uma idéia, os estudos da lombada eletrônica da Av. da FEB mostram que o trânsito anda numa velocidade de 50km/h na Av. da FEB e não acontece acidente.

Então, nós achamos, principalmente por ali não ter moradia do lado direito, mas do lado esquerdo sim, que isso pode ser estudado e vai ao encontro daquilo que V. Ex^a está falando, um estudo melhor para que possamos ter educação no trânsito, não da maneira que está sendo feita em algumas avenidas de Cuiabá, que é um verdadeiro caça-níquel. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. BENEDITO PINTO - Deputado Wilson Teixeira Dentinho, eu que agradeço.

Nós viajamos por várias cidades e esse sistema, em várias cidades, já mudou. Inclusive o radar, nas maiores cidades do País já está... Como o Código de Trânsito aumentou o limite de velocidade de 80km/h para 110km/h nas estradas, os radares que eram de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

60km/h, a mais baixa densidade do País, hoje já são 70km/h onde o tráfego dá condições tranqüilas para a execução dessa velocidade. E aqui nós ainda estamos parados nos 60km/h em plena perimetral, que pode, sem dúvida, ter um trânsito de 70km/h.

E a velocidade permitida nas lombadas eletrônicas, na maior parte das cidades, é de 50km/h, o que dá ao cidadão condições de trafegar, e ao trânsito de se desenvolver num fluxo satisfatório.

Hoje, se nós tivéssemos 30km/h na Avenida da FEB, eu gastaria meia hora para chegar aqui na Assembléia Legislativa. Isso sem contar as vezes em que o meu motorista tem que sair às 06:30 horas para levar os meus filhos à universidade, porque, se eles deixarem para sair às 07:00 horas, com certeza, não chegarão no horário. Isso, já desenvolvendo uma velocidade de 50km/h. Se fosse 30km/h, ficaria muito mais volumoso o trânsito.

Nós concluímos que estamos tendo, com isso, Deputado Rene Barbour, uma visão de que se nós não iniciarmos o sistema educativo para as crianças agora, nós vamos carregar esse problema dez, vinte anos pela frente, da mesma forma.

O que nós estamos vivendo hoje no sistema previdenciário do País? Estamos sendo hoje obrigados a uma legislação forte, em que até os inativos e pensionistas estão praticamente vivendo o caos e tendo que pagar imposto. Por quê? Porque não foi feito um trabalho preventivo para que isso não viesse a estourar a qualquer hora.

Então, eu acho que se estamos aqui nesta Casa na virada do século, nós temos que pensar em fazermos leis que possam, daqui a vinte, vinte e cinco anos, trazer resultados concretos para as pessoas que vão ser beneficiadas com essas leis.

Eu acredito que existem “n” meios de nós mostrarmos à sociedade que estamos preocupados com a situação, que existem pontos que nós não temos o que fazer mais, a não ser tomar medidas como essa para dar um basta.

Então, eu creio que é um assunto sobre o qual todos nós devemos nos preocupar, porque todos nós estamos correndo o mesmo risco que qualquer cidadão que está nas nossas ruas, que está nas nossas estradas. Vejam bem, porque nós, às vezes, temos que dirigir o carro e temos que nos preocupar com o cidadão que está ao nosso lado. Então, naturalmente, hoje há uma preocupação generalizada quando se sai de carro para qualquer lugar.

Então, eu acredito que a única forma de diminuir isso, apesar de nós sabermos que é difícil, é implantarmos a escola para a criança de hoje, que daqui a quinze anos vai ocupar o volante, para que ela tenha conhecimento, adquira responsabilidade e, através da responsabilidade, possa se precaver e se cuidar, não só de si mesma, que vai estar dirigindo, mas do outro que vai estar ao seu lado, da sua família e do cidadão que vai estar na mesma mão, no mesmo rumo ou em sentido contrário, no volante de um carro.

Esta é a preocupação. E esse projeto, naturalmente, vislumbra o futuro para o Estado de Mato Grosso, é claro que não é só o Estado de Mato Grosso que está se preocupando com isso.

Quando o Deputado Carlão Nascimento diz aqui que o DETRAN de Mato Grosso já criou o Programa Educativo de Trânsito, que está não só na Capital, mas no interior também, já é um início importante. E, amanhã, tendo aqui a cidade-escola de trânsito, naturalmente, eu creio que, como já acontece em outros Estados - eles estão com problemas em agendar as escolas -, os garotos que vão passar um dia na cidade-escola de trânsito, dirigindo o carro, parando no sinal, terão uma outra visão. O professor vai mostrar: “Aqui há

perigo de tal coisa...”. Então, eles terão outra visão. Aí sim, nós teremos condições de diminuir essa situação do nosso trânsito.

É claro que nada se faz para resolver o problema na hora...

O Sr. Carlão Nascimento - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BENEDITO PINTO - Já concederei o aparte a V. Ex^a, Deputado Carlão Nascimento.

O sistema de trânsito corre lento, e se nós não começarmos agora, faltando dois anos para terminar o século, e deixarmos para daqui a cinco anos, seis anos, essa situação vai sempre se alongando.

Então, eu acho que tem que iniciar de imediato, prevendo que daqui a quinze, vinte anos, nós teremos uma mudança no comportamento dos nossos motoristas.

É claro, Deputado Carlão Nascimento, eu tenho certeza de que esse é um assunto importante e que atinge a todos nós que estamos sentados aqui, todos nós que ocupamos essas cadeiras, todos os cidadãos que estão nas galerias e todos os cidadãos que estão vivendo o dia-a-dia do Estado e do País.

Concedo um aparte ao Deputado Carlão Nascimento, com prazer.

O Sr. Carlão Nascimento - Mais uma vez para parabenizá-lo pelo belo pronunciamento que V. Ex^a vem fazendo, e também para dizer que eu sou defensor da cidade-escola, porque eu acompanhei bem o trabalho feito na cidade de Campo Grande.

Quando entramos no DETRAN já existia um miniprojeto de uma cidade. Nós trabalhamos durante todo o tempo em que estivemos no DETRAN. Onde o DETRAN pôde levar uma cidade montada, em todas as exposições, nós colocamos à disposição da população.

Mas eu queria falar sobre a questão da velocidade. E aí, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, eu gostaria de conhecer esse estudo que V. Ex^a falou aqui, porque velocidade nas vias de Cuiabá, velocidade nas vias públicas e velocidade nas estradas são coisas distintas. Quando se fala que a velocidade máxima, pelo novo Código Nacional de Trânsito, é de 110km/h é para onde não houver sinalização, porque quem define a velocidade da via é exatamente aquele que a constrói. Só quem tem poder para dizer qual é a velocidade que a via suporta é o engenheiro construtor, aquele que estudou a questão do trânsito.

Na Via Dutra, por exemplo, quando a velocidade máxima permitida, em geral, era de 80km/h, lá já era de 120km/h. Portanto, não significa dizer que só pode andar a 110km/h. Quem estabelece a velocidade da via é a placa, por isso tem que se respeitar exatamente a sinalização.

Quanto a essa questão da lombada eletrônica e de radar, todas as vezes que vierem falar sobre isso é preciso ter dados, porque eu os tenho e não vou admitir que se coloque aqui que a implantação da lombada eletrônica em Cuiabá foi um caça-níquel. Não é verdade! Não é verdade isso, porque, de 170 pessoas que morriam nesta cidade por ano, no último ano nós tivemos apenas 48 mortes, depois da instalação das lombadas e radares. Portanto, é preciso vir aqui com dados! Falar por falar eu não vou admitir nunca! Eu acho que lombada eletrônica e redutor de velocidade são coisas de Primeiro Mundo. Talvez nós não estejamos acostumados com isso. Vão ao Canadá e vejam qual é a velocidade das vias nas cidades lá, verifiquem nos países desenvolvidos qual é a velocidade da via dentro da cidade. Uma coisa é andar na cidade e outra coisa é andar nas vias públicas, nas estradas. Portanto, é preciso ter dados para se discutir isso aqui!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Eu não vou admitir nunca que venham aqui colocar dados aleatórios, sem ter um mínimo de conhecimento.

Eu quero que a Deputada Serys Slhessarenko participe deste debate comigo aqui, porque eu sofri várias críticas quando estive dirigindo o DETRAN. E estou aqui, hoje, junto com os Deputados Moacir Pires e Wilson Teixeira Dentinho e também com a Deputada Serys Slhessarenko, que sempre nos criticaram. Eu quero que eles venham à tribuna e tragam dados concretos, e que me tragam também como é que funciona nos países desenvolvidos. Muito obrigado.

O SR. BENEDITO PINTO - O Deputado Carlão Nascimento usou o aparte mais para se defender...

Continuando o meu pronunciamento, eu gostaria de não polemizar essa situação, porque o meu pronunciamento foge do problema citado aqui.

Então, como eu vinha dizendo, Srs. Deputados, dentro do assunto da cidade-escola de trânsito, nós temos uma situação que atinge a todos. Naturalmente, eu venho pedir aos Srs. Deputados o total apoio para que possamos aprovar essa cidade-escola aqui em Cuiabá, com o objetivo de não só atender Cuiabá, mas atender o Estado de Mato Grosso, para que partindo da Capital, nós tenhamos condições de levar esse conhecimento para as maiores cidades, para todo o Estado de Mato Grosso.

Veja bem, nós estamos discutindo, hoje, um problema que acontece no dia-a-dia.

Se há vinte anos, Deputado Joaquim Sucena, as autoridades do trânsito, os Governadores de Estado tivessem se preocupado com o que nós estamos falando hoje, a nossa história seria outra. Hoje, nós teríamos um sistema de conscientização diferente do que é a realidade do momento. Se nós não começarmos agora, daqui a vinte anos a situação estará muito mais grave...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - ... porque vai continuar ocorrendo o que vem ocorrendo hoje, vai continuar precária a situação do trânsito. Nossos motoristas vão continuar se habilitando sem o conhecimento prático de nada, muitos deles sem conhecer o que é uma placa educativa, o que é uma placa punitiva, o que é uma placa de esclarecimento. E se eu fosse fazer uma pergunta aqui, dentre todos nós que estamos aqui, muitos motoristas iam tirar nota baixa num teste sobre sinalização.

Nós não nos preocupamos com isso. É a nossa formação, é o sistema que nós vivemos que não nos obriga a isso. Agora, se nós tivermos aqui um novo sistema, em que o cidadão tem que ter esse conhecimento básico, naturalmente a história será outra.

Então, eu acredito que a preocupação nossa é sem dúvida para o futuro, Deputado Alencar, porque nós estamos numa idade acima dos 40, mas nós temos filhos com 20 anos, vamos ter netos com 2, 3 anos e esses cidadãos vão dar seqüência e vão sofrer os mesmos problemas que nós sofremos hoje, esse dissabor que nós temos. A maior parte das pessoas que abrem um jornal de manhã encontram lá um acidente grave, várias vítimas, muitas vezes cidadãos de bem.

Concedo o aparte à nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Deputado Benedito Pinto, realmente, sinalização, controle de trânsito para evitar acidentes são coisas de Primeiro Mundo.

Infelizmente, em Mato Grosso só se propõe coisas de Primeiro Mundo contra a população, para arrancar dinheiro do bolso do consumidor. Agora, eu pergunto: A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Educação em Mato Grosso é de Primeiro, de Segundo, de Terceiro ou de “último mundo”? A Saúde em Mato Grosso é de Primeiro ou de “último mundo”? Quer dizer, só é de Primeiro Mundo aquilo que interessa para os cofres abarrotados do Governo, para fazer não sei o quê, porque esses recursos que eram destinados a causas importantes não se sabe para onde vão, em primeiro lugar.

Eu não vou discutir questões do DETRAN, porque questões do DETRAN eu já desisti de discutir, questões do DETRAN eu ajo agora na Justiça, eu busco a solução através da Justiça. É um horror!

Tudo bem, as lombadas eletrônicas são extremamente visíveis, tudo bem! Agora, vão ver os radares, extremamente mal sinalizados, sinalizados de forma pequena, de forma quase invisível, realmente um caça-níquel.

A história do radar eletrônico em Mato Grosso é complicadíssima. Em Cuiabá, a velocidade da lombada é 30km/h, do radar é 60km/h, em Várzea Grande é 50km/h, e fica todo mundo perdido! Você passa num de 30km/h pensando que é de 50km/h, em outro de 50km/h achando que é de 30km/h, e assim sucessivamente. Quer dizer, é algo construído de forma a pegar dinheiro dos consumidores, de imediato. Por que não vem a Educação em primeiro lugar ou pelo menos conjuntamente? Por quê? Porque aqui se constrói formas de Primeiro Mundo para tirar o dinheiro do povo, agora, educação, saúde e outras questões que deveriam ser de Primeiro Mundo, que deveriam ser feitas de imediato, essas são de “último mundo” - não são de Terceiro Mundo, são de “último mundo”!

Eu trato com os atuais administradores, ex, ex e ex-administradores do DETRAN na Justiça, porque aumentar a alíquota do IPVA em 100%... E o que é pior, o aumento do IPVA em Mato Grosso não é de 100%, é exatamente de 157%!

Se eu tiver tempo, em outro momento, pedirei outro aparte e direi por quê. Isso é meter a mão no bolso sem dó, sem pena e sem piedade do consumidor que está aí. Ninguém teve aumento nenhum neste Estado e neste País, e eles vêm com um aumento de 157%, porque aumentaram, além dos 100% da alíquota, o valor venal dos automotores. Muito obrigada.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, apesar de ter fugido um pouco do meu pronunciamento, eu quero apenas dizer à Deputada Serys Slhessarenko e aos Srs. Deputados que tudo isso está ocorrendo, hoje, porque nós não tivemos nada de preventivo há 20 anos. O que ocorre, hoje, é reflexo da nossa cultura no trânsito, e é isso que nós queremos mudar.

O Deputado Benedito Pinto está propondo o início dessa mudança. Talvez não sirva de imediato para nenhum de nós, mas se nós não começarmos agora, vai continuar a situação do jeito que está.

Eu acho que hoje, com a nova legislação de Trânsito, em que a distribuição dos recursos é feita para vários órgãos, para as prefeituras, para o Estado, aqui em Mato Grosso nós temos, da parte do DETRAN, uma destinação para complemento da Polícia e do DVOP, na parte rodoviária. Naturalmente, esse aporte está ocorrendo de uma forma a adequar o gasto do recurso, mas nós não estamos preocupado com isso, porque se fôssemos nos preocupar com isso hoje, nós não teríamos como sanar o problema. Nós temos que nos preocupar com uma coisa que vai lá na frente, se não começarmos agora, se deixarmos para a virada do século, nós vamos ficar para trás em relação a todos os Estados, vamos continuar carregando as nossas cidades...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre orador que dispõe de três minutos para encerrar seu pronunciamento.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu vou encerrar, mas vou voltar nesse assunto, Deputado Riva, em outra oportunidade.

Eu estou recebendo alguns técnicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e vou convidar alguns técnicos da Universidade de Mato Grosso para apresentar um projeto arquitetônico condizente com a realidade, com o que nós queremos para Mato Grosso.

Eu quero agradecer ao Deputado Carlos Brito que aceitou a inversão da inscrição. Era ele quem deveria estar usando a palavra neste momento, pois era o primeiro Deputado inscrito. Nós combinamos e invertemos a ordem de inscrição.

Portanto, Sr. Presidente, eu concluo, neste momento, é claro que é um assunto importante para todos nós e nós vamos debatê-lo, dizendo que trarei dados mais concretos para discutirmos aqui.

A proposta é criar a cidade-escola de trânsito em Cuiabá, Mato Grosso, que servirá de referência para todo o Estado. Sem dúvida, eu creio que após isso nós teremos condições de iniciar uma nova etapa para a juventude do Estado. É claro que, como eu venho dizendo, se nós formos pensar em assuntos só para daqui a uma semana, um ano ou dois anos, se continuarmos pensando em leis só para garantir as eleições, que tenham a validade de um ano, dois anos, nunca iremos resolver problema nenhum. Agora, o problema será resolvido com a prevenção. Prevenção não é pegar cidadão de 18 anos, prevenção é pegar garoto de cinco, seis, oito, quatorze anos, esse sim, sem dúvida, precisa ter essa noção, para quando completar 18 anos e habilitar-se para dirigir um carro, ele ter noção básica, não só teórica, mas também prática, da responsabilidade que é a condução de um veículo.

Era só isso, Sr. Presidente, e agradeço mais uma vez ao Deputado Carlos Brito.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, ainda no Grande Expediente, o nobre Deputado Carlos Brito, que dispõe de 17 minutos.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que prestigiam esta Sessão:

Ao fazer uso do Grande Expediente, antes de entrar no assunto que passarei a tratar, até pela relevância, eu quero aqui me solidarizar com o pronunciamento do Deputado Benedito Pinto, no tocante à escola de trânsito e a todas essas colocações que foram feitas. Eu quero, sem desejar polemizar, somar-me às declarações do Deputado Carlão Nascimento, quanto à validade, sim, dos equipamentos eletrônicos, de controle de tráfego e segurança de trânsito.

Eu, enquanto Vereador, durante várias oportunidades, questionei a forma de funcionamento desses equipamentos na Capital, mas nunca questionei a sua importância para que efetivamente reduzisse o índice altíssimo que tínhamos de atropelamentos e mesmo de acidentes com abalroamento mecânico entre veículos.

Nós disciplinamos o horário de funcionamento dos equipamentos na Capital. Hoje, esses equipamentos eletrônicos, as lombadas eletrônicas e as câmaras fotográficas que estão sendo instaladas nos semáforos, têm os seus horários de funcionamento determinados de 06:00 horas da manhã até as 22:00 horas, por uma Lei Municipal de autoria do então Vereador Carlos Brito. Mas jamais questionamos a eficácia desses equipamentos. Ahamos que são, sim, importantes para a nossa sociedade.

Eu gostaria até de adiar para uma outra oportunidade o assunto que previamente iria tratar, pois tomei conhecimento de declarações, nesta tribuna, dando conta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

de que será apreciada nesta Casa uma Moção em que se discutiu e defendeu, inclusive, a renúncia do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em razão das dificuldades que o nosso País atravessa hoje.

Ora, companheiros, se a cada dificuldade um governante de uma Nação como o Brasil tiver que pensar em renúncia, nós iremos viver numa baderna completa!

Nós temos que pensar que neste País há instituições e vivemos num estado de direito, onde, efetivamente, essas instituições precisam funcionar.

No mundo contemporâneo não há mais lugar para que se queira colocar uma placa ou uma pecha de responsabilidade em apenas um dos poderes.

O Executivo, o Legislativo e o Judiciário deste País têm responsabilidades equânimes, apesar de funções distintas. O Judiciário precisa funcionar a contento da sociedade; o Executivo precisa funcionar a contento da sociedade, o Legislativo precisa funcionar a contento, e as responsabilidades na condução de um País devem ser divididas de forma tripartite. Com a sociedade, esta sim, podendo cobrar a todo instante, a toda hora dos três Poderes e daqueles que o representam, porque os compõem.

Pretender responsabilizar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, sozinho, por todas as mazelas que este País enfrenta há séculos, é no mínimo um exagero, é exacerbar-se na vontade de criticar, é exacerbar-se na vontade ou na pretensão de transferir a outros as responsabilidades que todos têm. Se esse País não avançou ainda mais rápido na direção da solução dos seus problemas, é porque o Congresso Nacional também falhou. É porque há demora na apreciação das reformas, independentemente de elas serem ou não aprovadas, mas o Congresso tinha e tem obrigação de apreciá-las, como esta Casa tem obrigação de apreciar aquilo que é de sua competência no nível estadual.

Não podemos nós, agora, eximir os nossos Partidos, sejam eles de Situação ou de Oposição, de responsabilidades iguais à do Presidente da República, fosse ele quem fosse, fosse do PSDB ou fosse de qualquer outro Partido. Não há mais lugar para o discurso superficial. Não há mais lugar para reações que comprometem toda uma Nação, e ainda querem fazer esta Casa aprovar uma Moção de Apoio! Com certeza, não foram as declarações isoladas desse ou daquele Governador que levaram o País à situação em que se encontra no momento atual, mas com certeza a forma dessas declarações serem levadas a público, sem maior conseqüência, com certeza, contribuiu, sim, para que o País mergulhasse de vez numa situação de dificuldade extrema.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso e o PSDB estão aí de cabeça em pé, enfrentando o problema e não se esquivando dele. Pior são aqueles Partidos que compõem o Governo Federal, ocupam cargos de confiança do Governo Federal, cargos de confiança do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que nos Estados se dão o direito de criticar aquele que neles confiou. Aqui em Mato Grosso esses partidos querem ter órgãos importantíssimos para o desenvolvimento do nosso Estado, de nossa gente, querem chefiar o INCRA, querem chefiar o IBAMA, querem chefiar a FUNAI e tantos outros, mas não querem assumir a responsabilidade de dividir o ônus na solução de tantos problemas.

Nós não podemos mais admitir esse comportamento, ou somos responsáveis ou não somos. Se queremos fazer uma oposição, se queremos falar até em renúncia do Presidente da República, no mínimo o que se espera é que entreguem os cargos que ocupam naquela administração em que apregoam publicamente não mais acreditar...

A Sr^a Serys Silhessarenko - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. CARLOS BRITO - O que não podemos mais é conviver com esse estado de coisas, porque os partidos que têm legitimidade para fazer uma oposição, porque assim se posicionaram, tudo bem... Mas aqueles que usufruem, aqueles que até brigam para ocupar um espaço no Governo e que, depois, estão aí a criticar, a propor soluções, como se dele não dependessem, isso é inadmissível!

Pois não, Deputada Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Com relação à colocação de V. Ex^a, de que realmente os partidos que podem criticar são aqueles que se colocaram como oposição, eu concordo totalmente, Deputado. E eu me coloco desse lado. O Partido dos Trabalhadores sempre fez oposição a FHC, é oposição a Fernando Henrique, e como tal vem-se mostrando e espero que se mostre cada vez mais de forma mais radical.

Quando nós lemos aqui, hoje, no início do Pequeno Expediente, o artigo “Pedida renúncia de FHC”, escrito por juristas de renome do âmbito nacional, lemos apenas um comentário. Não foi possível ler na íntegra o pronunciamento, assim como gostaríamos de ler - e não vai ser possível - um manifesto contra FHC, feito pela OAB, que diz que para a OAB há perda de patrimônio público e de autonomia. Portanto, tem que ser feita a intervenção no sentido do *impeachment* do Presidente da República o mais rápido possível, sob pena de não termos mais o que salvar em nosso País.

Nós continuamos a fazer oposição e vamos ler esse documento, se possível, na Sessão de hoje à noite, na sua íntegra, uma vez que é esse o caminho que nós acreditamos. Com FHC, para o Partido dos Trabalhadores, não é possível mais seguir a continuidade do Governo. É impossível! Nós buscamos a renúncia, buscamos o *impeachment*. Nós achamos que com FHC tudo está sendo entregue, o patrimônio público está sendo entregue, os acordos com o FMI e Banco Mundial estão postos. Realmente, é uma política devastadora e destruidora. FHC não manda mais hoje no Brasil, quem manda é o capital especulativo financeiro internacional. Muito obrigada.

O SR. CARLOS BRITO - Agradeço à Deputada Serys Slhessarenko.

Todo o seu discurso foi utilizado durante a campanha eleitoral e mesmo assim a maioria do povo brasileiro reconduziu Fernando Henrique à reeleição...

A Sr^a Serys Slhessarenko (FALA FORA DO MICROFONE) - O povo se arrependeu!

O SR. CARLOS BRITO - Com certeza, o povo não lhe deu procuração, muito menos ao PT, de dizer do seu arrependimento. Ele tem oportunidade de fazer isso em cada processo democrático e pluralista das eleições.

Portanto, concorrer à eleição é legítimo e democrático, e aceitar os seus resultados mais ainda. Não podem aqueles setores que tiveram insucesso no período eleitoral agora pretender tomar o Poder por outra via. Disputam a eleição e, se não chegaram ao sucesso, é porque - além das críticas - não tiveram a competência política de apresentar propostas e soluções para aqueles problemas que se criticava à época.

E mais do que isso, V. Ex^a difere do que eu li, hoje, na imprensa, onde o Presidente do seu Partido, o PT, o Deputado José Dirceu, se coloca contrário à posição do ex-Governador Leonel Brizola, exatamente na questão de defender a renúncia do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, nem o próprio Partido dos Trabalhadores coaduna desta posição, ao menos de forma formal e na sua integridade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Quero aqui deixar claro que nós não temos nada contra a Oposição, eu já tive a oportunidade de dizer desta tribuna e repito: o PT é um dos Partidos importantes para o processo democrático deste País. Tanto assim é que tem encontrado a maturidade de também se aperfeiçoar, onde podemos perceber posições totalmente em disparate como esta: a oposição de V. Ex^a e a posição da Direção Nacional do seu Partido. Vejo que aqui em Mato Grosso nós não podemos agir de forma diferenciada.

O Sr. Roberto Nunes - Concede-me...

O SR. CARLOS BRITO - Pois não, Deputado Roberto Nunes.

O Sr. Roberto Nunes - Justamente, Deputado, quando eu solicitei, aqui junto da Deputada Serys Silhessarenko, para apartea-lo, foi para lembrá-lo que o Presidente do PT é contra o Leonel Brizola.

E, por coincidência, o Deputado Elarmin Miranda e a Deputada Serys Silhessarenko, que estão apoiando a renúncia do Presidente Fernando Henrique Cardoso, são os dois de Partidos contrários à renúncia do Presidente. Elarmin Miranda, do PMDB, que já colaborou com Fernando Henrique Cardoso, ocupando cargo federal, como a Superintendência do INCRA, e hoje, junto com o PMDB, luta para manter a posse do INCRA para o PMDB.

E a Deputada Serys Silhessarenko, só para lembrar, o Deputado Carlos Brito já relembrou a V. Ex^a que o seu Partido é contra...

Seria bom V.Ex^a mudar de Partido e ir para o PDT...

O Sr. Elarmin Miranda - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. CARLOS BRITO - Pois não, Deputado.

O Sr. Elarmin Miranda - Sr. Presidente, ilustre Deputado Carlos Brito...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Apenas para informar ao Deputado Carlos Brito que restam cinco minutos para o término do seu pronunciamento, e com o aparte de três minutos, restarão apenas dois minutos.

O SR. CARLOS BRITO - Concedo dois minutos ao Deputado Elarmin Miranda.

O Sr. Elarmin Miranda - Muito obrigado.

Apenas para ponderar que o fato do meu Partido apoiar este Governo não autoriza ninguém a dizer que eu tenho que apoiar a entrega do País a multinacionais. A minha posição partidária não implica em subserviência, a minha posição partidária tem a marca da independência moral.

Lamento muito o homem público que não tenha independência moral para defender a Pátria e por causa de interesses subalternos, que não são ditos por mim, mas são ditos pela imprensa nacional e pela imprensa internacional. Lamento muito que homens públicos, pequenos no seu conteúdo, se coloquem de quatro, quando há o interesse da Pátria, que é o interesse maior.

Aqui desta tribuna, Sr. Presidente, ainda sendo de um Partido que apóia o Poder Central, a minha independência moral será intocável. Aqui direi que este Governo é entreguista, aqui direi que este Governo massacra o povo brasileiro, aqui direi que este Governo faz acordo escuso, sim, a todo subalterno que se estende ao Governo...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Está encerrado o período do aparte. O tempo de V. Ex^a encontra-se esgotado.

O Sr. Elarmin Miranda - Muito obrigado pelo aparte que me concedeu, nobre Deputado.

O SR. CARLOS BRITO - Pois, não!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Em relação ao posicionamento de V. Ex^a, Deputado Elarmin Miranda, isso é um problema de V. Ex^a com o seu Partido. Se V. Ex^a discorda do comportamento que o seu Partido tem e dos compromissos que o seu Partido tem com o Governo Federal, esse problema é para ser discutido *interna corporis*, mas o comportamento do seu Partido, a responsabilidade dele com este País, com o Governo e com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, este, sim, é de interesse público e nós temos que saber quem é quem nesse processo. Porque não se pode mais admitir que esse mesmo Governo que V. Ex^a critica, do qual V. Ex^a fez parte neste Estado...

(O DEPUTADO ELARMIN MIRANDA FALA DA SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS BRITO - ...como um dos mais importantes...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico ao Deputado Elarmin Miranda que a palavra está com o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Se o Governo não funcionou a contento, com certeza, foi pela ineficiência daqueles que ocuparam os cargos, inclusive V. Ex^a...

Portanto, Sr. Presidente...

(O DEPUTADO ELARMIN MIRANDA FALA DA SUA BANCADA - TUMULTO EM PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Deputado Elarmin Miranda, respeite a palavra do colega!

O Sr. Roberto Nunes - Solicito a palavra, para uma Questão de Ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao Deputado Elarmin Miranda que respeite a palavra do Deputado.

O Sr. Roberto Nunes - Solicito a palavra, para uma Questão de Ordem, Sr. Presidente.

(O DEPUTADO ELARMIN MIRANDA FALA DA SUA BANCADA - TUMULTO EM PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Mantenho a palavra ao Deputado Carlos Brito, Deputado Roberto Nunes, até porque nós estamos entrando na Ordem do Dia e nesse período nós não vamos admitir questionamentos.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, eu acredito que este debate é bastante propício. Nesta Casa nós precisamos definir quais partidos aqui temos, quais políticos aqui temos e quais compromissos aqui temos. Eu acredito que neste *affair* entre a situação de partidos, de posicionamentos partidários, que têm responsabilidade com este povo que está aqui nas galerias, que está aqui representado por nós, é o momento oportuno para pegarmos, por exemplo, o INCRA em Mato Grosso. E sabermos, efetivamente, se a culpa foi do Governo Federal, de Fernando Henrique Cardoso, ou dos seus gestores, nas falhas que aqui querem apontar.

Fica como sugestão, Sr. Presidente.

Eu quero requerer à Mesa cópia da Ata desta Sessão, para que eu possa, em nome do meu Partido, do PSDB, tomar as posições que julgar necessárias e levar ao conhecimento do Presidente Fernando Henrique Cardoso aquilo que julgar conveniente em nome da Direção Regional do Partido e, principalmente, em nome do Diretório Municipal do qual sou Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Em discussão todas as Indicações apresentadas no Pequeno Expediente desta Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Apoio de autoria do Deputado Elarmin Miranda, ao Jornalista Mário Marques de Almeida, pelo seu artigo publicado no Jornal *Diário de Cuiabá* em edição do dia 5 último, intitulada “Ser nacionalista é atraso?”, refletindo o sentimento da maioria dos mato-grossenses e, por extensão, do povo brasileiro, que enfrenta uma grave crise.

Em discussão...

O Sr. Elarmin Miranda - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Elarmin Miranda que dispõe de vinte minutos.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Farei uso dos vinte minutos.

Sr. Presidente, quero retomar o assunto em relação à Moção de Apoio que nós oferecemos e submetemos ao Plenário.

Na realidade, a Moção de Apoio tão-somente é para louvar o jornalista Mário Marques de Almeida. Jornalista brilhante do Jornal *Diário de Cuiabá*, que tem escrito artigos em defesa do Itamar Franco. E esta defesa do Itamar Franco mereceu aqui da tribuna censuras muito fortes, como se pudéssemos negar a um cidadão, um jornalista, o direito de opinar. As opiniões que ele tem manifestado em defesa do Itamar Franco são também as impressões que eu tenho a respeito do Governador mineiro. Entendo que o Governador mineiro, de forma isolada, vem defendendo com veemência o sentimento de patriotismo que embala os brasileiros desta Nação.

Eu queria, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer aos Senhores que aqui eu integro o PMDB. Vim aqui com uma posição muito clara, aqui defenderei as teses que eu acredito. Mas, em nenhum momento, o fato de apoiar o Governo Central autoriza alguém a pensar que como homem livre, aqui, eu teria que apoiar os desmandos do Governo Central.

Tenho dito nas reuniões públicas que a condução do País está equivocada, tenho dito nas reuniões públicas que o Presidente deste País, quando ficar na posição vertical, nós teremos então impulsionado a Nação para frente, quando se levantar da posição de cócoras em que ele se encontra, frente aos bancos internacionais, e ficar na posição vertical, com certeza outro encaminhamento será dado aos problemas do País.

Tenho dito e aqui repito que não vou permitir e não vou concordar, ainda como Parlamentar que ocupa esta Casa por alguns meses ou por alguns dias, não vou ser conivente com essa política de desmando do Governo Central e essa política se estende ao Governo Estadual.

Eu tenho percebido de maneira muito clara a situação difícil em que o País se encontra, e ela se encontra por falta de visão, de estratégia, por falta de visão de estadista, que não tem Sua Excelência o Presidente da República.

Aqui eu quero dizer aos Senhores que a entrega das nossas riquezas às multinacionais fere de maneira muito forte o brio do povo brasileiro. Não vi, portanto, nenhuma razão que pudesse desmerecer a Moção de Apoio que ofereço ao jornalista Mário Marques.

Queria agora, por último, Sr. Presidente, ao encerrar, Srs. Deputados, a audiência presente, reafirmar a cada brasileiro que aqui ficaremos rouco em defesa da moralidade pública! E a moralidade pública não deveria ser defendida porque ela é um dever,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

primeiro ético, moral, individual do Governo; segundo, ela é um dever constitucional porque está na Constituição que os atos têm que ter moralidade, impessoalidade e publicidade. E o que se vê neste País? Vê-se aqui, diuturnamente, o Governo Central piorar a Constituição da República com acertos subalternos, e esses acertos são denunciados, não por nós, mas pela Imprensa Nacional.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero, ao encaminhar a votação da Moção de Apoio, dizer que é uma homenagem que se presta ao jornalista Mário Marques de Almeida, belo jornalista, que tem uma independência moral enorme como de outros jornalistas que aqui estão presentes.

E cabe aos jornalistas, a vocês que formulam opiniões, a vocês que criam consciência, continuar na trincheira que estão, e a trincheira que o jornalista está é a trincheira da democracia, é a trincheira da moralidade, é a trincheira da transparência, e é nessa trincheira que eu presto homenagem ao Mário Marques - e estendo essa homenagem a todos os jornalistas que tenham independência moral.

Nunca, nunca, nunca o Brasil precisou tanto de ordem, independência e moral! Nunca, nunca a Pátria reclamou homens públicos que sejam desvinculados do Palácio do Governo! Nunca Mato Grosso reclamou tanto a independência moral dos seus Deputados!

Aqui tem que ser discutido o bem público e o bem comum. E o bem público e o bem comum não é discutir interesse de Fernando Henrique Cardoso. Bem público e bem comum estão acima dos interesses palacianos. Os interesses palacianos são interesses subalternos das multinacionais, e isso não sou eu quem afirma.

Peguem os professores da USP, os professores da UNICAMP, todos os professores das universidades da Pátria e os livros se amontoam a apontar que esse Governo que aí está entrega o País às multinacionais e entrega, Deputados, com o cheque do brasileiro, com a fome da mulher negra. Esse é o País que eu não quero! Esse é o País que me revolta! E aqui não esperem de mim nenhuma posição de subalternidade, quando for interesse do Brasil, o interesse do Brasil estará acima do meu Partido. Quando for interesse do meu País, o interesse do meu País estará acima do meu Partido e acima dos meus interesses individuais. Mas, com certeza, não concordo, não admito e não vou concordar nunca com esta falácia, com esta conversa fiada, que este Governo que esteja acertando o País.

Aqui, na porta da Assembléia, se eu sair agora, com a audiência presente, eu vou encontrar, aqui, pessoas doentes, com lepra, com câncer, sem assistência!

Se eu sair daqui, Deputada Serys Slhessarenko, e for na esquina, encontrarei homens passando fome, e aqui se discute que este Governo Central está no caminho certo. Está no caminho certo para os poderosos! Está no caminho certo para as multinacionais!

Essas palavras não são minhas, são dos professores da USP. Desmintam a USP! Desmintam a UNICAMP! Desmintam a Universidade do Rio! Desmintam a Universidade de Cuiabá! Não são palavras minhas, são palavras dos intelectuais que sempre fizeram a História deste País. Mas isso não tem valia nenhuma! O que vale é que o País tem que ser entregue às multinacionais! O que vale é que tem que se matar mais o povo de fome!

Saí ontem, daqui, desta Sessão, Deputada Serys Slhessarenko, fui lá no SINE-Sistema Nacional de Emprego, Deputado Rene Barbour, visitar o SINE, e lá havia quinhentos brasileiros, brilhante Deputado Joaquim Sucena, quinhentos brasileiros numa ruela de Cuiabá pedindo emprego. E aqui se fala que a política está certa. Se eu sair pelos fundos da Assembléia, verei brasileiros, negros, índios, mulheres pobres e maltrapilhas pedindo um Real para comprar o que comer. Mas este País está bem! Se eu sair daqui e conversar com os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

empresários, verei que eles estão quebrados, mas o País está bem! Se eu sair daqui e for a qualquer bairro, verei que falta educação e falta saúde, mas o País está bem...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ELARMIN MIRANDA - Permito um aparte ao ilustre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, eu quero aqui dizer sobre o que o Deputado Elarmin Miranda está discutindo. Ele está discutindo uma Moção de Apoio ao jornalista Mário Marques de Almeida e, também, ao jornalista da *Folha de São Paulo* Marcelo Coelho.

De que trata essa Moção de Apoio? É uma Moção de Apoio à política, à ação do Governo Itamar Franco, em repudiar esta política econômica que está aí. Na matéria, ele diz o seguinte: “Enquanto existe a globalização, enquanto existe uma política de abertura de mercado, os Estados Unidos fazem incentivos às indústrias, fazem subsídio à agricultura para manter a agricultura lá.”.

A Europa gasta 150 bilhões de dólares de subsídio à agricultura, e nós não temos competitividade na Europa e nem nos Estados Unidos.

E a nossa indústria, a nossa agricultura não tem competitividade por causa do corporativismo dos europeus e dos americanos, mas os americanos têm um discurso de globalização, um discurso neoliberal para dizer que nós temos que abrir o nosso mercado. E nós estamos abrindo e eles fechando.

E nossos empresários não têm acesso a esse mercado, Deputado Rene Barbour. V. Ex^a, que é empresário, não podia votar contra uma moção dessa, porque o que ele está falando é isso, que nós não estamos tendo competitividade lá fora por causa do subsídio dos europeus e americanos e nós temos que ter, porque os discursos de globalização do Primeiro Mundo, Deputado, são só na teoria, porque na prática existe o corporativismo deles.

Então, Deputado, o Governador Itamar Franco só está alertando a sociedade porque nós temos que dar um rumo à economia. V. Ex^a é um empresário, nós temos muitos empresários aqui, e nós precisamos erguer a nossa economia.

Eu quero comentar uma frase que ele colocou aqui: “Entretanto, para combater esse déficit, nada de medidas recessivas, mas, sim, de aumento de investimentos oficiais para alavancar a economia, aumentar a oferta de emprego e de impostos.”

Meus colegas Deputados, nós não vamos fazer uma política econômica recessiva, mas, sim, temos que estimular a produção, estimular a economia para que gere empregos e que a nossa economia cresça.

Então, essa Moção é de apoio a Itamar Franco, que está defendendo a tese de uma mudança econômica no País.

“Ser nacionalista é atraso?” Defender o nosso patrimônio é atraso? Defender o nosso empresariado é atraso? Defender a nossa economia é atraso?

É apenas isso, colegas Deputados. Vamos votar uma Moção de Aplausos ao jornalista Mário Marques, à imprensa de Mato Grosso, que está defendendo a nossa liberdade econômica. Muito obrigado.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que todo e qualquer artigo do jornalista Mário Marques ou de outro jornalista que defenda o País tem que ser bem visto por esta Casa Parlamentar.

Nunca o País precisou tanto que seus filhos defendam patrioticamente aquilo que interessa ao País. Com estas palavras, reafirmando que acima dos interesses partidários,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

que acima de compor com o Governo Federal, estão os interesses do País, e em relação a esses interesses que são interesses públicos, eu não abduco, eu não abro mão, e estarei sempre defendendo, como me autorizo ao meu sentimento de patriota os interesses que são os interesses do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão a Moção...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra ao Deputado Zé Carlos do Pátio, eu queria informar aos Srs. Deputados que a Mesa Diretora, por entender que essa discussão pode se alongar muito, decidiu que haverá apenas dois Deputados discutindo contra e dois a favor, no máximo, senão nós iremos alongar a Sessão.

Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de vinte minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu queria somente pedir aos colegas Deputados que essa questão não é uma questão partidária, que essa questão não é uma questão política, como alguns colegas estão pensando.

Esta Moção de Aplausos ao jornalista é por uma matéria que ele fez na opinião do leitor no *Diário de Cuiabá*, onde ele está questionando: “Será que nós estamos no caminho certo? Será que nós não temos que ser um pouco mais nacionalistas? Será que nós não temos que criar meios, mecanismos para gerar emprego, para fazer com que o nosso Produto Interno Bruto cresça?”

Meus caros colegas, será que está correta essa política de privatização que nós estamos desenvolvendo no País?

Ora, nós privatizamos tantas empresas estatais e até hoje estamos aumentando a nossa dívida interna e externa.

E aqui, companheiros, meu caros colegas Deputados, esse questionamento que eu quero fazer a V.Ex^a, eu acredito que o momento que o País está passando, onde hoje o índice de desemprego nunca esteve, em toda a sua história, no momento em que o País ...

Estão aqui as manchetes...

(NESTE MOMENTO O ORADOR EXIBE EXEMPLARES DE JORNAIS AO PLENÁRIO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Jornais importantes, como a *Folha de São Paulo*: “Desemprego em São Paulo é recorde”. E isso nos preocupa muito.

Mais reportagens: “Trabalhador perdeu meio por cento da renda em 98.” - “Emprego industrial cai pelo nono ano”.

Meus amigos, eu estava lendo um livro que chama “O desemprego além da questão econômica”, esse livro diz sabe o quê? Que em cada minuto e quinze segundos está havendo um desempregado neste País, em cada um minuto e quinze segundos mais uma pessoa está ficando desempregada!

Então, eu quero dizer a V. Ex^{as}, meus colegas, que nós não podemos aceitar a política econômica que o País está conduzindo. E é necessário um basta sobre isso, é necessário rediscutir uma política econômica, onde nós sejamos mais racionalistas. Eu quero aqui dizer que nessa reportagem ele alerta muito bem. E aí eu quero falar com os meus colegas, que o Governo americano, o Governo europeu fala que nós temos que ter competitividade, nós temos que ter a globalização, tudo bem! Só que na hora em que se mexe com os interesses deles, eles fazem subsídios, eles fazem o corporativismo deles. Eles jamais deixaram de subsidiar a agricultura deles, Sr. Presidente Riva. Nunca!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado Rene Barbour, V. Ex^a votando nessa Moção de Aplauso, V. Ex^a estará votando no empresariado mato-grossense, no empresariado brasileiro, porque na verdade os nossos empresários, os nossos agricultores não têm mercado lá fora, pelo subsídio dos europeus e dos americanos. A nossa soja tem custo razoável para disputar o mercado lá fora, ela tem qualidade razoável para disputar o mercado lá fora, mas só não disputa porque a Europa e os americanos subsidiam a agricultura para se manter controlando a economia mundial.

Ora, meus Senhores e minhas Senhoras, essa globalização está sendo um engodo e nós triplicamos a nossa dívida externa, nós triplicamos a nossa dívida interna pela alta de juros, e pela alta de juros o País deixou de crescer e está decrescendo, está andando para trás.

Outra coisa, Sr. Presidente, enquanto no Japão o Governo está incentivando as pessoas a gastarem, a consumirem para a economia crescer, nós estamos fazendo o inverso, nós estamos incentivando o povo a não gastar, aumentando os juros para a nossa economia cair.

Então, eu estou muito preocupado com a situação econômica que este País passa e aqui eu não quero dizer partido nenhum, aqui eu não quero dizer sigla nenhuma, eu quero que os meus colegas Deputados olhem pela questão do País, pela questão da Nação e quero que V. Ex^{as} se sensibilizem. E aqui quero dizer a V. Ex^{as} que isso aqui não é uma defesa a um jornalista, isso aqui é uma defesa da imprensa mato-grossense.

Oxalá, se em todas as Sessões fizéssemos uma Moção de Aplauso à imprensa mato-grossense, para valorizar o que esses jornalistas, diuturnamente, trabalham em prol da nossa sociedade, levando a comunicação à nossa sociedade e a toda população.

Então, eu quero aqui pedir aos caros colegas, quem tiver apoio, quem estiver dando apoio à política econômica do Fernando Henrique neste momento, eu tenho certeza de que não vai defender esta Moção. Mas, quem tem o entendimento que o País vai mudar... Eu quero aqui dizer o seguinte, eu não quero aqui, em hipótese alguma, querer questionar: Ah, companheiros, vamos aqui falar de “a” ou de “b”, de partidos! Não... Eu quero crer que, como Deputados de Mato Grosso, nós vamos travar um debate, vamos travar uma discussão para justamente procurar levar uma proposta ao Governo Federal de uma política econômica mais justa, mais digna.

Estou muito preocupado...

Acho que o Brasil tem a maior concentração de renda no mundo. Segundo o PENUD, um órgão ligado à ONU, onde aqui tem dados muitos tristes, Sr. Presidente, dados muitos tristes! Estão aqui os dados para o povo mato-grossense ver.

(NESTE MOMENTO, O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO EXIBE AO PLENÁRIO O DOCUMENTO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O Brasil é considerado o País com a maior taxa de desigualdade social do mundo! Está na frente da Guatemala, da África do Sul, do Quênia, do Zimbawe, do Panamá, do Chile, de Guiné-Bissau, do Egito e do Senegal. Está aqui para o povo ver a concentração de renda que tem neste País, a desigualdade social que tem neste País e que nós nos preocupamos muito.

Aqui, meus Senhores, a fonte é do Banco Mundial! Essa informação é uma fonte do Banco Mundial. Então, eu quero aqui passar a V. Ex^{as} a preocupação como Deputado que neste momento estamos passando.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Analfabetos adultos no País, eles passam de 20%. Está aqui para o povo ver, para o povo saber a situação que o País está passando. E nós não vamos apoiar uma Moção de Solidariedade a um jornalista que quer discutir uma nova política econômica.

A produção no País sofre mais um imposto, então, eu quero dizer que hoje os impostos estão altos.

Meus amigos, eu estou muito preocupado. Muito preocupado!

E queria pedir ao Deputado Roberto Nunes que V. Ex^a nos ajude com essa Moção, eu queria pedir a todos os Srs. Deputados que nos ajudem, porque na verdade seria interessante que nós todos discutíssemos uma nova proposta econômica para este País.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, que essa discussão será salutar, será fundamental.

O Brasil, hoje, passa por uma crise econômica das mais tristes. Eu tenho dados, aqui, que somente menos de 50% da força economicamente ativa, neste País, tem carteira assinada, menos de 50%. Quer dizer, é uma situação triste.

O Brasil tem o oitavo PIB do mundo, oitavo Produto Interno Bruto do mundo, com 800 milhões de dólares - oitavo PIB do mundo e com uma das maiores concentrações do mundo.

Então, eu quero aqui, caros colegas, terminando, passando mais uma fonte, dizendo para os Senhores que a Região Centro-Oeste, que a nossa Região, em torno de 80% da população vive na pobreza ou na miséria absoluta.

Deixo essa reflexão e peço a todos os Srs. Deputados o apoio para a nossa Moção. Muito obrigado.

O Sr. Benedito Pinto - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

Antes, porém, solicito ao Deputado Eliene que assuma a 2^a Secretaria e convido o nobre Deputado Benedito Pinto, após pronunciar-se em sua Questão de Ordem, para assumir a 1^a Secretaria, para recompormos a Mesa.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A 2^a SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, apenas para solicitar de V. Ex^a o cumprimento do Regimento Interno e da Constituição do Estado, que dizem que ficam sobrestadas todas as matérias até a apreciação dos Vetos com prazo vencido na Casa, independente de as Comissões estarem organizadas, porque o Regimento Interno determina que em caso de não ter sido deliberado sobre elas, a Presidência pode determinar, pode indicar os membros das Comissões para deliberar sobre os vetos que estão com os prazos vencidos.

Então, eu quero que V. Ex^a observe esse preceito constitucional e o nosso Regimento, porque a partir de agora ficam sobrestadas todas e quaisquer matérias até que sejam apreciados os Vetos que estão com os prazos vencidos. Se eles não estiverem com Parecer, que V. Ex^a determine à Comissão que dê Parecer o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE - Deferido o pedido, nobre Deputado. As matérias serão discutidas nos termos anunciados, porém votadas apenas após o cumprimento da Questão de Ordem do nobre Deputado Benedito Pinto.

Continua em discussão a Moção...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Brito - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Deputada Serys, V. Ex^a vai discutir contra ou a favor da Moção?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - A favor.

O SR. PRESIDENTE - Como nós anunciamos anteriormente que seriam apenas dois oradores favoráveis e dois contra...

Com a palavra, para discutir, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com certeza, nós não viríamos a esta tribuna para nos posicionar contrário à figura pessoal do jornalista Mário Marques, até porque o conhecemos e nutrimos uma amizade pessoal de maior consideração e o tenho na maior monta neste relacionamento.

Todavia, esta Casa Política dá sinais de vida quando abriga discussões como essas, e vejo que se precisa combater... Por essa razão passo a explicar e até justificar o meu posicionamento contrário à aprovação desta Moção.

Primeiro, ela revela o pensamento de uma parcela, da parte de um todo, que é este País. Que é a minoria. Portanto, não podemos nós, em nome do povo de Mato Grosso, representado aqui, nesta Casa, pelos Srs. Deputados, aprovar como se este posicionamento fosse diferente.

Sejamos de ordem prática: são vinte e sete governadores neste País, vinte e seis escolheram caminhos diferenciados. Vinte e seis optaram pelo diálogo. Vinte e seis optaram pelo entendimento. Vinte e seis optaram em sentar-se à mesa e colocar os problemas do seu Estado diante do chamado Poder Central para ser discutido, para ser debatido, para encontrar solução. Vinte e seis governadores se prontificaram a isso, sem abrirem mão das responsabilidades dos seus estados, sem abrirem mão da sua independência, da sua autonomia e sem serem subalternos. Vinte e seis desses governadores conseguiram êxito nesses procedimentos, que, com certeza, serão revertidos em benefício da população dos estados que governam, em benefício de todo o povo brasileiro.

Não posso eu pensar diferenciadamente. Eu voto com os vinte e seis Governadores, incluindo os Governadores do PT, dos demais Partidos, do PSDB, do PMDB, do PSB, que tomaram este posicionamento que, com certeza, é o melhor para o País. Um País que, nesse momento, não precisa que atirem gasolina, mas um País que precisa de quem se apresente para no debate levar idéias, propor soluções, apresentar caminhos, alternativas para sairmos da dificuldade em que o nosso povo vive.

Essas dificuldades não podem se transformar em discurso e falar do desemprego, falar de tantas dificuldades que atravessamos e que não surgiram nos quatro anos recentes. Esse mesmo Governador foi Presidente da República e, com certeza, se esforçou ao máximo para fazer algo de bom para o nosso País e para nossa gente. E, com certeza, também não conseguiu realizar tudo aquilo que ele e o seu próprio Partido, com certeza, acreditavam que deveria ser o melhor.

Nós temos declaração recente, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, sempre insistindo quando o Governador se refere, dizendo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi seu ministro. Ora, com certeza, a grande parte do trabalho positivo daquele Governo deveu-se a Fernando Henrique Cardoso enquanto Ministro. E que, agora, como Presidente da República desenvolve com maior qualidade o seu trabalho.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Nós não podemos aqui misturar as coisas. Nós estamos apreciando um conteúdo eminentemente político que difere, inclusive, do texto da Moção, das colocações de defesa aqui apresentadas. O jornalista escreve uma coisa, mas aqui se deu vazão ao efetivo desejo político das interpretações bastante diferenciadas.

Em momento algum, aqui, estamos votando contra ou a favor da imprensa de Mato Grosso. Não é isso que está em voga. Não é isso que está em discussão. Nós estamos discutindo o conteúdo político desta Moção e do artigo ao qual se refere.

Enquanto Deputado - e acho que não apenas eu - nós temos que, efetivamente, raciocinar desta forma, com coerência, com responsabilidade, com conseqüência. Eu, ao votar contra este pensamento político, não contra o jornalista, não sou contra a imprensa mato-grossense ou nacional, estou ao mesmo tempo concordando com o procedimento adotado pelos demais Governadores deste País, estou aprovando o sucesso que eles obtiveram com ações também firmes, com procedimentos que também merecem o nosso reconhecimento, independente do Partido a que pertençam. Mas não posso aqui elogiar e concordar com apenas um Governador que, sem dúvida, ajudou a precipitar o País de uma maneira mais rápida, e já disse anteriormente que não o responsabilizo sozinho pelo quadro atual, mas, com certeza, isso é inegável, e também a mesma imprensa nacional e até local também tem os seus articulistas que pensam dessa maneira. Isso é a democracia. E contribuiu, sim, num posicionamento isolado, para que o diálogo quase fosse prejudicado, beirando a idéia de que na pressão seria melhor, mesmo que esta pressão, longe de resolver esses mesmos problemas que se fala aqui, de desemprego, disso e daquilo, mas esta, sim, poderia nos mergulhar numa crise muito maior.

Mais recentemente nós temos visto reações do Governo aonde ainda hoje o dólar cai mais um pouco. Nós temos que ter a perspectiva de que esse País, efetivamente, vai conseguir atravessar esta crise, que precisa ser passageira, mesmo que alguns setores assim não desejem e queiram transformá-la num mote político eleitoral.

Nós não podemos admitir e temos que estar atentos, mais do que nunca, porque a sociedade quer um comportamento conseqüente e responsável...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

O SR. CARLOS BRITO - V. Ex^a já teve o tempo destinado a sua manifestação, mas eu concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado, eu pedi o aparte a V. Ex^a para pedir ao Presidente da Assembléia, Deputado Riva, que é um Deputado a quem respeito muito, à Mesa Diretora, ao Deputado Benedito Pinto, porque nós estamos discutindo aqui, internamente, a possibilidade ou não de votar essa matéria.

Eu quero pedir, como Líder da Bancada do PMDB, que votemos esta matéria, porque existe um Artigo na Constituição Estadual que rege que enquanto não forem apreciados todos os Vetos do Governador não se pode votar qualquer outra matéria. Nós votamos até hoje várias matérias sem apreciar os Vetos do Governador.

No momento em que nós vamos votar uma Moção de Aplausos a um jornalista, onde nós precisamos realmente expressar o nosso sentimento, a nossa vontade de que a Nação precisa de uma mudança, estamos discutindo que não poderá votar esta Moção hoje.

Eu peço, Sr. Presidente, Deputado Riva, é uma questão acima dos partidos políticos. V. Ex^a que foi eleito no Colegiado de Partido nesta Casa nos ajude, nos dê apoio, nos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

dê sustentação para votar esta Moção. A Bancada do PMDB ficará grata pela postura de desprendimento de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. CARLOS BRITO - Deputado Zé Carlos do Pátio, o seu aparte dirigiu-se mais à Mesa do que ao nosso pronunciamento, mas de toda a forma eu vejo que o debate em si é importante, porque nós vemos o que se fala e o que se faz. É a oportunidade de que a sociedade precisa de avaliar-se efetivamente aqueles que opomos.

Portanto, Sr. Presidente, ao manifestar-me e defender o voto contrário a esta Moção, para que não se paire dúvida, não tem aí nenhuma carga pessoal ao jornalista que aí escreve. Nada em relação à imprensa, como foi colocado, mas sim e exclusivamente ao pensamento político, ao conteúdo político ali expresso. E voto contra a incoerência, porque não se pode admitir que para o povo se fale uma coisa e quando se tem a oportunidade de fazer diferente, não se faz, depois de todo esse discurso - como se nada tivesse havido.

Portanto, eu vejo a discussão com bons olhos, mas precisamos nos aprofundar mais nesta questão, Sr. Presidente.

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Interrompendo o Deputado Carlos Brito, eu gostaria de dizer que, como essa matéria já está sobrestada, V. Ex^a cumpriu o Regimento Interno e suspendesse a discussão para o momento da votação. Eu acho que é um assunto superado, e nós estamos amparados pela Constituição e pelo Regimento Interno - V.Ex^a poderia passar para outro assunto.

O SR. PRESIDENTE - Não. Essa Moção só não pode ser votada. Nós mantivemos a discussão porque ela já havia iniciado, mas logicamente nós não vamos dar início à votação.

E eu respondo ao Deputado Zé Carlos do Pátio que, de acordo com o Artigo 42, § 7º : “Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 5º, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o Artigo 41, desta Constituição”, que são as matérias com urgência.

E o que trata o § 5º que objetiva o sobrestamento das matérias até que os vetos com mais de 30 dias, lidos já na Casa, seja apreciados, como é o caso dos Vetos de n^{os}: 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76 e 77/98, que deverão ser apreciados antes de qualquer matéria, em função do sobrestamento.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente desta Casa, Deputado Riva, V. Ex^a já votou várias matérias nesta Casa de Leis, desde que iniciamos as Sessões Ordinárias, sempre apresentou-se matérias e eu recebi os Vetos desde a primeira Sessão Ordinária aqui nesta Assembléia Legislativa. E eu achei, de uma certa forma, Sr. Presidente, que a postura do Deputado Benedito Pinto de truncar, de evitar a votação dessa matéria é constrangedora, é triste, é antidemocrática, no momento em que a Moção de Solidariedade ao jornalista Mário Marques de Almeida ia passar nesta Casa de Leis.

Aqui eu quero parabenizar o Deputado Carlos Brito, pois o importante é a discussão no campo das idéias. Nós discutimos, nós trocamos algumas idéias, concordo com o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado Carlos Brito em várias oportunidades, mas fazer um jogo rasteiro, truncando uma votação de uma matéria que seria apreciada nesta Casa de Leis, na minha opinião é uma medida das mais antidemocráticas que pode existir, até porque...

Sendo assim, eu quero propor a V. Ex^a que anule todas as votações que já tivemos aqui nesta Casa de Leis, porque nós já votamos várias matérias de interesse público e o Deputado Benedito Pinto jamais pediu para anular qualquer Sessão e qualquer ato nesta Casa. E agora, justamente, por ser uma matéria de tão grande envergadura, de tão grande importância, o Deputado Benedito Pinto, numa postura antidemocrática, propõe anular a votação desta matéria, nesta Sessão.

Então, eu queria, Deputado Riva, que V. Ex^a procurasse se sensibilizar, V.Ex^a que foi eleito por um colegiado de partidos, que buscasse realmente. Ou, então, V. Ex^a propõe aqui anular todas as Sessões Ordinárias que aconteceram até hoje, até porque nós já votamos várias matérias.

Então, eu proponho ao Deputado Benedito Pinto que solicite ao Presidente que anule as Sessões anteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Eu quero informar ao Deputado Zé Carlos do Pátio que o seu Requerimento não encontra fundamento no nosso Regimento Interno, nós não temos competência para anular matéria já votada.

Não só é costume como é constitucional a questão dos vetos, enquanto não se tem uma Questão de Ordem pedindo sobrestamento da matéria em função da votação do Veto, a Presidência sempre procurou conduzir a votação de todas as matérias dentro da normalidade. Mas, havendo a Questão de Ordem, não há como nós nos curvamos e não respeitarmos o dispositivo constitucional que é, inclusive, superior aos dispositivos regimentais e nós fazemos apenas cumprir a Constituição.

V. Ex^a terá oportunidade de, hoje, na reunião do Colégio de Líderes...

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Concederei, após dar as devidas informações ao nobre Deputado Zé do Pátio.

Na reunião do Colégio de Líderes, iremos colocar essa questão. Não vejo, se a Moção for votada agora ou hoje à noite, ou amanhã de manhã, em que possa mudar alguma coisa. Portanto, não é uma matéria com tanta urgência para ser apreciada.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Só para solicitar a V. Ex^a, Sr. Presidente, que encerre a discussão dessa matéria, porque é matéria vencida e após deliberar sobre a minha Questão de Ordem, baseado na Constituição e no Regimento Interno, eu gostaria que fosse encerrada a discussão dessa matéria.

Gostaríamos de dizer ao Deputado Zé Carlos do Pátio que nós estamos tranqüilos. Eu faço questão que o Regimento seja cumprido e, se quiser votar à noite os vetos, o Regimento dá direito ao Presidente nomear uma Comissão para dar parecer, em momento nenhum tem sentido prejudicar o trâmite da matéria.

Não é uma matéria importante, então, está sobrestada. Eu gostaria que V.Ex^a cumprisse o Regimento e suspendesse as discussões até que fossem votados os Vetos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - A Presidência informa que vai manter a discussão da Moção, que está com a palavra o Deputado Carlos Brito e, logicamente, encerrando esse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

período de discussão, a matéria não terá mais discussões, entrará na fase de votação, a matéria está sobrestada, porém, nada impede que ela seja discutida conforme estava sendo discutida.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Vou conceder a palavra pela Ordem, nesse assunto, pela última vez, em função de achar que nós não podemos deixar de respeitar o que já foi argüido pelo Deputado Benedito Pinto, que é constitucional.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu gostaria de deixar registrado, em Ata, a minha manifestação de repúdio à postura antidemocrática do Deputado Benedito Pinto e à postura casuística do encaminhamento dessa Moção.

Inclusive quero aqui excluir, Sr. Presidente, V. Ex^a e deixar toda responsabilidade nas mãos do Deputado Benedito Pinto, que teve uma postura extremamente antidemocrática e queria dizer que deixo também registrado que foram votadas várias matérias, em Sessões anteriores e que na verdade o certo seria anular todas as Sessões, desde a primeira Sessão Ordinária que teve nesta Casa de Leis.

Então, eu queria deixar isso registrado, Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, ao Deputado Benedito Pinto, quero dizer o seguinte: não há como deixar de atender um questionamento quando nós temos uma Constituição a cumprir. Mas que a palavra, pela Ordem, a partir da reunião do Colégio de Líderes de hoje à noite, nós só vamos conceder quando ela estiver respeitando o Artigo 439 e seu § 1º do Regimento Interno que diz o seguinte:

“§ 1º A palavra pela Ordem para efeito de reclamação deve ser exercida com a indicação precisa dos dispositivos cuja observância se requer. Se o Deputado não indicar, enunciando desde logo, as disposições em que se assenta a reclamação, o Presidente não permitirá a sua continuação na tribuna e determinará a exclusão, da Ata e dos Anais, das palavras por ele proferidas.”

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, só para deixar registrado o meu repúdio pela atitude do Deputado Zé Carlos do Pátio, antidemocrática e pela atitude do desconhecimento da Constituição e do Regimento Interno. Só para deixar registrado o meu repúdio nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE - Determino que sejam registradas as palavras pela Ordem dos Deputados Zé Carlos do Pátio e Benedito Pinto.

Continua com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, em razão dos encaminhamentos da Mesa Diretora, dessa discussão regimental, optamos por concluir esta fala, mas não sem antes repetir mais uma vez o meu posicionamento para que não seja confundido ou incluído na chamada manobra de rasteiro, isso ou aquilo. Pelas razões que já expus, voto contrário a essa Moção, ao conteúdo político dela, e não me considero rasteiro por isso.

E ainda, Sr. Presidente, falar-se em anular outras matérias, já apreciadas por esta Casa, desde uma Indicação, onde pedimos coisas importantes para o nosso povo, a recuperação de uma estrada, a construção de uma escola, por exemplo, e outros tantos benefícios, aprovadas essas proposições neste plenário, e ainda outros procedimentos que aqui foram aprovados, virem a ser anulados por conta da não apreciação de uma Moção? Ora, é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

no mínimo faltar a uma consideração com aqueles que poderão vir a se beneficiar dos trabalhos desenvolvidos pelos Deputados nesta Casa até esta data, em favor dessas comunidades, desse mesmo povo que se evoca a todo instante para justificar discussões aqui.

Portanto, não cabe pensar em se anular o que já está decidido, porque já teve a oportunidade de discutir e ser votado. É descabido. Não cabe colocar a situação como se fôssemos contrários, fôssemos rasteiros, ou que estivéssemos aqui movidos a quaisquer outros interesses.

Sou contrário e vim a público expor as minhas razão, e o farei quantas vezes julgar ser conveniente. Muito obrigado.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE - Deputado, já encerrou o seu período de discussão.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem...

Como anunciamos, vamos ainda hoje disciplinar a Questão de Ordem e a palavra pela Ordem.

Mas, com a palavra o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, ainda vigorando a forma antiga.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Obrigado, Sr. Presidente, eu estou aprendendo mais com V. Ex^a.

Eu gostaria de deixar bem claro aos Srs. Deputados que o meu voto é favorável a essa Moção.

O Sr. Roberto Nunes - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o Deputado Roberto Nunes.

Eu indago ao Deputado Roberto Nunes se vai discutir favorável ou contrário à Moção.

O SR. ROBERTO NUNES (PAUSA) - Sr. Presidente, nem tanto quanto contrário, nem tanto quanto a favor... (RISOS NO PLENÁRIO)

Mas, Sr. Presidente, eu quero discutir - logicamente que irei discutir de forma contrária à Moção, mas não era bem isso que gostaria de colocar aqui na tribuna.

Eu insisto ainda ...

(A SR^a DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO FALA DA SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE - V. Ex^a criou uma situação nova dentro da Oposição, e eu irei conceder a palavra a V. Ex^a, Deputado Roberto Nunes...

O SR. ROBERTO NUNES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr^a Deputada Serys Slhessarenko (FALA DA SUA BANCADA) - A ele V. Ex^a concede!

O SR. ROBERTO NUNES - Mas essa é uma questão elucidada, nobre Deputada. Infelizmente, V. Ex^a não teve essa presença de espírito e não pôde ser concedida a palavra a V. Ex^a.

Nobre Presidente, eu quero aqui cumprimentar o Líder do PMDB, Deputado Zé Carlos do Pátio, insistente Deputado, um Deputado brilhante. Não temos, nobre Presidente, nada contra a pessoa do amigo pessoal, do grande jornalista Mário Marques. Inclusive, ele já ocupou vários cargos de destaque na Administração Pública Municipal, Estadual. Meu amigo pessoal, do Deputado Carlão Nascimento, do Deputado Carlos Brito, do Deputado Alencar Soares, do Deputado Rene Barbour, do Deputado Hermínio J. Barreto, do Deputado Benedito

Pinto... Mas é constrangedor, nobre Presidente, o Deputado Elarmin Miranda criou uma polêmica aqui nesta Casa...

Eu sugiro ao nobre Deputado Elarmin Miranda que demos a Moção de Louvor ao grande jornalista Mário Marques, pelos seus trabalhos, pela contribuição à Imprensa Mato-grossense, pela sua contribuição ao trabalho de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, da sua querida Rondonópolis. Mas não num artigo específico que ele escreve - e faz muito bem no seu dia-a-dia. Ele tem vários outros, várias outras coisas mais importantes que ele muito bem merece, nesta Casa, uma Moção de Louvor, nobre Presidente.

E continuo insistindo a V. Ex^a para que atenda o Deputado Zé Carlos do Pátio no seu Requerimento, para que a sua votação ocorra ainda na Sessão de hoje, embora dou toda razão ao Deputado Benedito Pinto, que está amparado pela Constituição Estadual - ele que zela e muito pela observância da Constituição e do Regimento Interno da Casa...

O Sr. Moacir Pires - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO NUNES - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Moacir Pires - Sr. Presidente, nobres Pares.

Deputado Elarmin Miranda, quero dizer a V. Ex^a que vou assinar a Moção de autoria de V. Ex^a, em respeito ao Jornalista Mário Marques e dizer que este assunto poderia ser resolvido em um mais curto prazo, mais simples.

Nobres Deputados, ontem, num telefonema que eu dei ao ex-Prefeito Ayr, de Brasnorte, Sr. Presidente, eu disse que todos os Deputados - inclusive V. Ex^a, Deputado Rene Barbour, Deputado Ricarte de Freitas, Deputado Wilson Santos -, estão imbuídos na tentativa de resolver a situação dos madeireiros.

E pedir aos nobres Pares para que nós passemos para o Estado de Mato Grosso, para discutirmos hoje à noite, com intensidade, esta Moção, os problemas que vêm sendo enfrentados no Noroeste do Estado de Mato Grosso. Não existe mais açúcar, está acabando o óleo diesel e esta é a situação em que se encontram aqueles municípios.

Então, a situação do Brasil e de Brasília é de todo interesse nosso, de nós Deputados, mas vamos cuidar um pouquinho mais de Mato Grosso, das pessoas que estão precisando mais, dos casos mais emergenciais. Vamos dar um pouquinho mais atenção, quem sabe na Sessão de hoje à noite.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. ROBERTO NUNES - Pois não, nobre Deputado Moacir Pires, não foi muito sobre a Moção, mas...

Nobre Presidente, eu quero parabenizá-lo pela paciência de V. Ex^a com a insistência do Deputado Zé Carlos do Pátio - daqui a uns três meses ele vai estar mais aperfeiçoado - com o Deputado Elarmin Miranda, que se exalta da sua bancada, mas a paciência de V. Ex^a é o espírito democrático desta Casa - gira em torno disso aí.

Nobre Presidente, eu vou insistir com o Deputado Elarmin para que demos uma Moção ao companheiro, ao colega, ao amigo Mário Marques, mas pelos relevantes préstimos ao Estado de Mato Grosso...

(O SR. ELARMIN MIRANDA APROXIMA-SE DO MICROFONE DE APARTES)

O SR. ROBERTO NUNES - Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Elarmin Miranda - Ilustre Deputado Roberto Nunes, a quem aqui eu homenageio pelas suas qualidades pessoais das quais eu sou testemunha...

O SR. ROBERTO NUNES - Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Elarmin Miranda - Eu queria apenas ponderar ao ilustre Deputado que a Moção de Louvor, nós do PMDB resolvemos fazer a um jornalista, que V. Ex^a concorda, pelas suas qualidades morais e intelectuais que ele tem. Mas eu escolhi um artigo que ele escreveu que fala sobre o nacionalismo. Esse artigo fere alguém? A dialética na sociedade se faz com pensamentos que se opõem.

O que ele escreve, apenas, ilustre Deputado Roberto Nunes, é que é necessário se exacerbar o sentimento nacionalista que deve ter cada cidadão. Esse fato, esse artigo o impede de merecer o louvor? O fato de ele ter dito que o País precisa ter mais patriotas o desmerece?...

O SR. ROBERTO NUNES - E ele é bem real. O Mário Marques é bem realista quando afirma que Itamar Franco pode ter seus faniquitos...

O Sr. Elarmin Miranda - ...Seus erros.

O SR. ROBERTO NUNES - Ele não acha que o Itamar é muito bobo. Ele até é bastante realista no seu artigo.

O Sr. Elarmin Miranda - Eu só queria, Deputado Roberto Nunes, que me permite o aparte, para concluir, dizer o seguinte: não podemos querer ter uma Nação em que todos pensem iguais.

O Deputado Zé Carlos do Pátio teve o cuidado de exibir aqui alguns índices na qual o nosso País se inclui como um dos Países de pior distribuição de renda do mundo.

O que nós estamos questionando aqui não é a figura física do Fernando Henrique Cardoso. Eu não nego as qualidades até intelectuais do Fernando Henrique Cardoso, o que nós estamos questionando é que essa política econômica que ele subjetivamente acredita que está correta, Fernando Henrique Cardoso com os seus Ministros, eles acham que estão no caminho certo. Mas nós estamos dizendo apenas: este caminho, Sr. Presidente, vai resultar em maiores mortes, misérias e amarguras ao povo brasileiro. Que V. Ex^a se digne de discutir não com o Itamar Franco, mas com a sociedade que pensa diferente.

Por favor, Sr. Presidente, discuta com segmentos sociais para ver se essa política sua está correta. E a análise aqui está sendo absolutamente parcial.

Hoje, eu via no *Jornal Nacional* que se muda a distribuição de recolhimento de impostos, e isso se deve ao Itamar Franco, ainda que tenha os seus defeitos. Se deve ao Itamar Franco o encontro com os sete Prefeitos, que mudou alguma coisa neste País.

O que nós estamos questionando é que esta política não é correta para o País. E o jornalista abordou, de forma brilhante, este assunto. Pois isso eu propus a ele a Moção de Louvor. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO NUNES - Deputado Elarmin Miranda, eu vejo que V. Ex^a está começando a enxergar as coisas com uma outra clareza. Como um homem brilhante que V. Ex^a sempre foi, V. Ex^a está começando a enxergar a direção da coisa, que eu acho que é o caminho. E não esse da exacerbação, da emoção.

Mas, nobre Presidente, infelizmente, eu não sei se V. Ex^a vai conceder ainda, na Sessão de hoje, para que possamos votar esta Moção, mas insisto ainda que atenda o requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, em que pese respeitando aqui a posição do Deputado Benedito Pinto em exigir o cumprimento da Constituição Estadual. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Eu quero apenas informar ao Deputado Roberto Nunes e a todos os demais Deputados que quando o assunto é apenas regimental, esta Presidência procura sempre conduzir de uma forma muito democrática - às vezes até abrindo algumas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

exceções. Mas nós fizemos um juramento, Deputada Serys Slhessarenko, que diz o seguinte, no dia da nossa posse: “Prometo desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi conferido, guardar a Constituição Federal e a Estadual, e servir a minha Pátria, promovendo o bem geral do Estado de Mato Grosso”. E todos responderam: “Assim o prometo”. Quando a questão for constitucional, quero deixar bem claro, independentemente de quem esteja sendo beneficiado ou de quem esteja sendo prejudicado, ela será cobrada. Eu não vou abrir mão. A questão constitucional vai ter que ser respeitada.

Encerrada a discussão da Moção (PAUSA). Passemos às Explicações Pessoais.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Solicito a palavra, pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Seria mais um esclarecimento, Sr. Presidente, ninguém solicitou aqui em nenhum momento, pelo menos da minha parte, que V. Ex^a desrespeitasse a Constituição Federal ou a Estadual. Ao contrário, o que nós estamos querendo é salvar as leis maiores deste País. Quando nós colocamos dados e argumentos contra Fernando Henrique, é para salvar a soberania do Brasil, é para salvar a Constituição do Brasil, é para salvar o povo brasileiro, porque hoje Fernando Henrique não governa mais este Brasil, quem governa hoje o Brasil, quem governa o nosso País é o FMI e o Banco Mundial. Está aonde V. Ex^a quiser olhar e ver, está claro, está explícito.

Mas, eu não vim aqui discutir isso, Sr. Presidente, eu vim colocar, para ficar muito clara a minha posição com relação à questão do que ocorreu aqui há pouco. O que eu discordei, Sr. Presidente, foi quando eu pedi para discutir a matéria e V. Ex^a disse que seriam apenas dois votos a favor e dois contra. Dois a favor e dois contra, no nosso Regimento consta que para é encaminhamento e não para discussão. Aí eu disse, sim, que isso era manobra, porque para discutir pode ser aberto para um número muito maior e foi uma decisão pessoal de V. Ex^a, foi uma decisão de V. Ex^a, não foi uma decisão regimental. Por isso, eu falei e reafirmo que foi manobra para não permitir que eu falasse. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - Se a Deputada ler atentamente o Regimento vai ver que o Presidente tem competência para tomar essas decisões e nós a tomamos porque achamos... Inclusive, deixo bem claro que tomei essa decisão antes que a Deputada pedisse a palavra. Quando eu tomei a decisão, a Deputada não havia pedido a palavra. Depois é que a Deputada veio pedir a palavra, quando a decisão havia sido tomada. E nós anunciamos que, em função daquela decisão, V. Ex^a não poderia usar a palavra, mas que V. Ex^a teria oportunidade de discutir a matéria no encaminhamento de votação que deverá ocorrer nas próximas Sessões.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Solicito a palavra, pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

Indago se o Deputado Roberto Nunes havia solicitado a palavra, pela Liderança.

O SR. ROBERTO NUNES - Nobre Presidente, é só para lembrar que a Deputada Serys Slhessarenko há pouco tempo atrás esculhambava o ex-Presidente Itamar Franco, agora é favorável ao ex-Presidente Itamar Franco.

Parabéns, V. Ex^a está mudando!

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança do PFL, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe de quinze minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Não será necessário, nobre Presidente, nobres Pares, talvez nem um terço deste tempo.

Como Líder do Partido da Frente Liberal nesta Casa, quero registrar o misto de desânimo, o misto de revolta e de inconformismo, com o anúncio da desfiliação do nosso companheiro e amigo, Deputado Benedito Pinto, na noite de ontem, das hostes do Partido da Frente Liberal.

Analisar e julgar a decisão de um colega não é nossa competência. Eu quero aqui retratar e realçar a capacidade do Deputado Benedito Pinto, o seu caráter, a sua disposição por representar um dos maiores, um dos grandes segmentos religiosos, evangélicos do Estado de Mato Grosso. Quero dizer que o Deputado Benedito Pinto, ao longo dos dois mandatos que aqui exerceu e no início deste terceiro mandato, sempre foi um colega, um baluarte de primeira grandeza, um homem preparado, um homem estudioso, competente e técnico acima de tudo. Sempre procurando usar, talvez, até dentro dos ensinamentos evangélicos a ponderação e o diálogo ante a emoção e a briga sectária ou raivosa.

É uma pena, Deputado Benedito Pinto, que neste momento em que nos preparamos para transformar o PFL, para dar um basta naquele PFL atrasado, ultrapassado, longe das bases, para prepararmos um novo PFL. O PFL que não seja mais, nunca mais, titulado como PFL de Júlio, Jaime ou de Jonas. O PFL, hoje, é o PFL do Emanuel Pinheiro, Moacir Pires, Humberto Bosaipo, Romoaldo Júnior e era o PFL de V. Ex^a também. Estamos nos preparando para reciclar, reoxigenar e preparar uma verdadeira revolução interna dentro do Partido da Frente Liberal. O nosso Partido ou se aproxima das bases e passa a representar o povo em todos os segmentos de sua atuação, ou nós estaremos fadados ao fracasso - com bem nos alertou a nossa sociedade mato-grossense nas eleições do ano passado.

Eu só aceitei, Deputado Benedito Pinto, ser Líder da Bancada do PFL nesta Casa, com este intuito e com esta independência de ser o nosso PFL, o PFL também, desculpe a minha fala, do Deputado Everaldo Simões, o nosso representante do Araguaia que terá a missão importantíssima de reciclar e de estruturar o nosso Partido, lá naquela região tão distante da Capital do Estado de Mato Grosso.

E é este PFL, Deputado Benedito Pinto, novo, moderno, reciclado, próximo das bases que antes de tomar as decisões de cúpula, que tanto nos prejudicaram no passado recente, que vamos levar ao conhecimento e ao debate exausto, exaustivo com as nossas bases e era PFL que V. Ex^a era imprescindível, era esse PFL que Emanuel Pinheiro e Moacir Pires contavam que V. Ex^a estivesse do nosso lado para reestruturar o nosso Partido aqui na Baixada Cuiabana, para que pudéssemos eleger uma grande bancada de vereadores em toda Baixada e que pudéssemos disputar, de igual para igual, com propostas voltadas para a virada do milênio, as prefeituras de Cuiabá, Várzea Grande e de tantos outros municípios da nossa querida, rica e tradicional região da Baixada Cuiabana. Mas, infelizmente os interesses políticos de V. Ex^a mais uma vez o tiram, partidariamente, do nosso convívio.

Quero, Deputado Riva, Presidente desta Casa, de público externar a nossa admiração pelo trabalho e pela luta de V. Ex^a.

E, de público, também, Deputado Benedito Pinto, dizer que as portas do PFL estão abertas para V. Ex^a. V. Ex^a, se Deus quiser, será como um filho pródigo, como Hamlet, que voltará um dia ao convívio daqueles que representam o seu ninho, a sua casa e toda a sua formação política ao longo desses quase 18, 20 anos de vitoriosa vida pública de V. Ex^a.

Queremos V. Ex^a de volta, sim, e estamos procedendo, Sr. Presidente, uma verdadeira depuração do Partido. Nós não vamos mais aceitar oportunistas de ocasião para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

tentar inchar e desmoralizar o Partido da Frente Liberal. Ou se monta um Partido sério, com propostas voltadas para o Estado, para o futuro ou deixaremos - até eu - de ser PFL e vou cuidar da minha carreira política, deixarei de ser um idealista para ser um carreirista.

É esse PFL, compromissado com Júlio Campos, com Jonas Pinheiro, com Humberto Bosaipo, com Everaldo Simões, com Moacir Pires, com Romoaldo Júnior, com Jaime Campos e com todos os nossos companheiros que nós estamos construindo ou reconstruindo no Estado de Mato Grosso.

Deputado Benedito Pinto, que Deus o ilumine nessa sua nova opção partidária.

Agora V.Ex^a, pelos seus valores e suas qualidades pessoais, será aceito de volta em nosso Partido.

E, se Deus quiser, eu, enquanto for Líder do Partido da Frente Liberal nesta Casa, estarei, diuturnamente, conversando com V. Ex^a, mostrando a V. Ex^a que o seu lugar é no seu ninho, é na sua origem, é na sua formação política, que é o Partido da Frente Liberal. Sirva os seus eleitores! Sirva o seu segmento evangélico, mas tenho a plena convicção de que dentro de dois anos estaremos, de novo, juntos no meu Partido para nunca mais nos separar de V. Ex^a.

Muito obrigado ao Deputado Benedito Pinto pelo serviço que prestou ao PFL, e até breve, Deputado, porque eu sei que V. Ex^a vai voltar.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Liderança do PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança do PMDB, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabou de falar o Líder da Bancada do PFL, e indicado como Líder das Oposições da Unidade Democrática, Deputado Emanuel Pinheiro.

Eu quero, Sr. Presidente, dizer que, hoje, nós temos uma reunião de Colegiado de Líderes, e nós vamos fazer o encaminhamento das comissões. E eu gostaria de pedir a todos que nessa reunião do Colegiado de Líderes nós possamos indicar os membros, e possamos solucionar os problemas das comissões para agilizar o serviço.

E também gostaria de dizer que a imprensa de Mato Grosso já está nos questionando, até porque os trabalhos estão um pouco travados.

Quero, aqui, dizer que o nosso compromisso com a Unidade Democrática - parabenizando o discurso do Deputado Emanuel Pinheiro -, Sr. Presidente, nós estamos juntos, unidos nesta caminhada, e pode contar conosco, porque a Unidade Democrática, junto com o PT, o Partido da esquerda, nós vamos fazer oposição aqui neste Plenário da Assembléia Legislativa, até porque a sociedade quis isso. A sociedade quis o quê? Quis eleger Dante de Oliveira Governador de Mato Grosso. A sociedade pediu e foi para as urnas e votou, e a sociedade votou na maioria da Unidade Democrática, mais o PT, formando dezesseis Deputados.

Então, o que a sociedade quer? A sociedade quer o Dante? Ah, mas o Dante aumentou o IPVA. O Dante, no dia 30 de dezembro, aumentou o ICMS...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Convido o Deputado Benedito Pinto para assumir a direção dos trabalhos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Tem que ser o Deputado Benedito Pinto?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Sim, porque, regimentalmente, o Deputado Benedito Pinto é o que assume a Presidência, em função de que nós não temos nenhum membro da Mesa e assume o que, imediatamente, era ex-Presidente ou ex-vice-Presidente.

(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 11:10 HORAS).

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra, por doze minutos, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros Colegas:

Eu quero aqui dizer que o Governador Dante de Oliveira foi eleito Governador. Ah, mas ele aumentou o ICMS para o povo pobre, humilde? Mas foi eleito Governador! Ah, ele aumentou o IPVA? Mas ele foi eleito Governador! O povo pediu para ele ser governador duas vezes, nem que ele aumente os impostos, mas é a vontade popular do povo mato-grossense.

Eu, Sr. Presidente, fui eleito para ser Deputado, mas eu não apoiei Dante de Oliveira para Governador. Então, eu vou ter uma postura ética, erecta aqui. E quero aqui dizer, Sr. Presidente, que, na verdade, a sociedade quis isso. Quis a maioria da Oposição e quis eleger Dante de Oliveira como Governador desse Estado.

Eu quero, aqui, pedir para as forças oposicionistas nesta Casa, para que nós fiscalizemos, com determinação, o Governo Dante de Oliveira. Para que nós não aceitemos a prática política que vem conduzindo o Governo, porque é fundamental que nós façamos mudanças estruturais nessa Casa de Leis, para que realmente as matérias sejam bem vasculhadas, acompanhadas, fiscalizadas, para que a sociedade mato-grossense ganhe com isso, porque a boa fiscalização da matéria, o bom acompanhamento do serviço público, quem ganha é toda sociedade mato-grossense.

E, como Líder da Bancada do PMDB, hoje o Colégio de Líderes irá reunir, eu estarei junto com as Bancadas Oposicionistas dando-lhe apoio aos encaminhamentos, estarei discutindo com o Deputado Emanuel Pinheiro, com o Deputado Joaquim Sucena, com os Deputados Líderes, com o Deputado Hermínio J. Barreto, com Deputados que fazem parte das Oposições, aqui, junto com o PT, que é o Deputado Gilney Viana que é o Líder. Todos os Líderes e mais todos colegas Deputados, para discutirmos o encaminhamento dessas Comissões, para que nós possamos fazer o melhor encaminhamento possível pelo bem da democracia.

Era só isso, eu não quero me prolongar, Deputado Benedito Pinto, e só quero aqui dizer a V. Ex^a que a Bancada do PMDB está unida em prol do acompanhamento sério da questão pública neste Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Carlos Brito, que dispõe de vinte minutos.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, não serão necessários esses vinte minutos, mas somente para explicar aqui, principalmente aos presentes, que em momento algum, quando questionamos a idéia numa fala do discurso do Deputado Zé Carlos do Pátio de anular essas matérias anteriormente decididas por esta Casa, em razão da não apreciação da Moção, que pretendêssemos colocá-lo como contrário aos benefícios aos quais me referi, que tais matérias aprovadas poderiam gerar para a nossa comunidade.

Então, para que não pare dúvida e não se caia nesse campo, mas que permaneçamos na discussão política, na sua essência, é que eu faço esse esclarecimento, Deputado. Eu o tenho na maior conta, como alguém efetivamente preocupado com os interesses de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Não havendo mais nenhum orador inscrito nas Explicações Pessoais, antes de encerrar a presente Sessão, quero reforçar ao Deputados presente o comunicado da Presidência com relação à reunião do Colégio de Líderes, hoje, às 19:30 horas.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Carlão Nascimento, Roberto Nunes, Riva e Rene Barbour; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Benedito Pinto, Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Moacir Pires e Everaldo Simões; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Elarmin Miranda, Zé Carlos do Pátio e Wilson Teixeira Dentinho; da Bancada do Partido Liberal - Amador Tut e Hermínio J. Barreto; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena e Silval Barbosa; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; da Bancada do Partido Popular Socialista - Jair Mariano e da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Eliene.

Deixou de comparecer o Sr. Deputado Pedro Satélite, do PMDB.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO.)